

**UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**IX CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BRASIL E PORTUGAL**  
**SUAS RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS ENTRE OS ANOS DE 1986 A 2006**

**DANILO RAMOS DE MONLEVADE**

**ORIENTADORA: MARIA IZABEL VALLADÃO DE CARVALHO**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do Certificado de Especialista em Relações Internacionais pelo Instituto de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

**BRASÍLIA, MARÇO DE 2008**

## **RESUMO**

Em 1808, quando a Família Real Portuguesa chegou ao Brasil, pôs-se fim a um monopólio comercial entre o Brasil e Portugal que já perdurava por cerca de três séculos. A partir desse ano o comércio foi se tornando menos representativo, e países como a Inglaterra e os Estados Unidos da América se estabeleceram como os grandes mercados consumidores e exportadores para o Brasil. Com o fim da ditadura portuguesa no século passado (Revolução dos Cravos), Portugal optou por participar do processo de modernização europeu, unindo-se a Comunidade Econômica Européia em 1986. Esse evento trouxe de volta a Portugal uma economia mais dinâmica e audaciosa. Os empresários portugueses buscaram novos mercados, e nesse momento o Brasil surgiu como um dos mais promissores, principalmente no período das privatizações de suas estatais na década de 1990, e sua natural abertura política e econômica. Este trabalho propõe estudar os pormenores da economia brasileira e portuguesa, as suas relações econômicas e políticas, as trocas de investimentos e mercadorias, a verdadeira reciprocidade comercial entre os anos de 1986 a 2006, como também as perspectivas futuras do mercado luso-brasileiro.

## **ABSTRACT**

In 1808, when the Portuguese Royal Family arrived in Brazil, a nearly three-century long commercial monopoly between the two countries came to an end. From then on commercial relations gradually became less representative, and countries like England and the United States got established as the greatest consumer markets of Brazilian goods, as well as exporters to Brazil. Along with the end of the Portuguese military dictatorship (Carnation Revolution), Portugal chose to take part in the European process of modernization, joining the European Union in 1986. This event brought back to Portugal a more dynamic and bold economy. Portuguese businessmen searched for new markets and, at that moment, Brazil presented itself as more promising, mainly during the 1990s, when governmental companies started to be privatized and while the country's political and economical takeoff was going on. This project aims to study the details of the Brazilian and Portuguese economies, their political and economic relations, investment and goods exchange, the true commercial reciprocity between 1986 and 2006, as well as the future possibilities for the Portuguese-Brazilian market.

## ÍNDICE

Resumo	
Introdução	4
Capítulo 1: Os Atores	6
1.1 Brasil: Aspectos Gerais, Políticos e Econômicos	6
1.2 Portugal: Aspectos Gerais, Políticos e Econômicos	21
Capítulo 2: Relações Bilaterais	37
2.1 Relações Econômicas	38
2.1.1 Investimentos Diretos Externos	39
2.1.2 Mercadorias	45
2.2 Relações Políticas	59
Capítulo 3: Setor Empresarial	64
Conclusão	70
Referências Bibliográficas	72

## INTRODUÇÃO

No ano de 1808, desembarcava no Brasil a Família Real Portuguesa, que após ameaças seguidas do dirigente francês Napoleão Bonaparte, decidiu, com o auxílio da Inglaterra, transferir toda a sua estrutura administrativa para a colônia americana. Tal ato significou para a história portuguesa uma atitude de covardia de seus líderes, que abandonaram o Reino e seus irmãos, ficando a mercê dos franceses e sob a custódia posterior dos ingleses.

Tal evento foi percebido pela colônia de uma outra forma. A vinda da Família Real e o ato de abertura dos portos as “nações amigas”, pôs fim ao monopólio comercial de mais de três séculos com Portugal. Os ingleses aproveitaram-se da oportunidade para “inundar” o mercado brasileiro com as suas manufaturas e absorver as exportações de produtos primários brasileiros, principalmente o açúcar e os metais preciosos.

O Brasil ingressou na economia mundial, e após esse período, Portugal viu as suas relações com o Brasil, reduzidos quase à miséria. Os laços tornaram-se frágeis, fadados quase somente a pequenos acordos comerciais e lembranças de passados históricos e culturais.

Este trabalho engloba um período mais recente da história política e econômica de Portugal e Brasil. As suas relações diplomáticas, econômicas e políticas entre os anos de 1986 a 2006.

O período escolhido não é por mero acaso. Em 1986, Portugal ingressou, juntamente com a Espanha, na Comunidade Econômica Européia. Isso significou mudanças em sua economia. Tal adesão, é fruto da nova visão política, dissociada do nacionalismo do período ditatorial de Franco, que encerrou efetivamente com a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974. Portugal, a partir desse período reconheceu a sua situação e resolveu promover reformas duras, que chegaram ao Brasil.

O Brasil, em 1985, iniciava o seu novo período democrático, depois de mais de 20 anos de ditadura militar (1964-1985). Tinha pela frente a missão de combater uma inflação galopante, que foi resolvida somente em 1994, com a instalação do Plano Real. O Brasil, tal como a nação portuguesa, buscou ao mesmo tempo em que re-inaugurava a sua abertura política, a promoção de uma abertura econômica e a união com parceiros regionais, criando a exemplo o Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991.

O Capítulo 1 apresenta os atores, Brasil e Portugal, com as características de suas economias, e as suas histórias políticas e econômicas entre os anos de 1986 a 2006. Faz uma análise pormenorizada dos eventos que se sucederam nos dois países. Sendo de destaque no Brasil o combate à inflação na década de 1980, o projeto liberal da década de 1990 e o sucesso econômico dos últimos anos. Portugal é estudado tendo como princípio a sua inserção na Comunidade Econômica Européia em 1986, as mudanças transcorridas em sua economia nesse período e os novos desafios do presente.

No capítulo 2, tratamos efetivamente das relações políticas e econômicas entre os dois países. Na economia, analisamos a troca de investimentos, capitais, durante o período e as mercadorias que constam na pauta de comércio bilateral. Na política expomos as relações diplomáticas e os acordos políticos entre os representantes dos dois Estados.

O capítulo 3 é dedicado as empresas brasileiras e portuguesas, que são tidas como as responsáveis pelo aparente sucesso do mercado luso-brasileiro. São destacadas quais empresas participam desta cooperação e quais as visões futuras de comércio.

O texto está apresentado com uma série de quadros informativos que auxiliam na interpretação dos dados fornecidos pelos autores consultados. Uma entrevista com a embaixada de Portugal e uma consulta de opinião com cidadãos portugueses auxiliam na diversificação das fontes, visto que apuramos também a percepção exterior ao meio acadêmico.

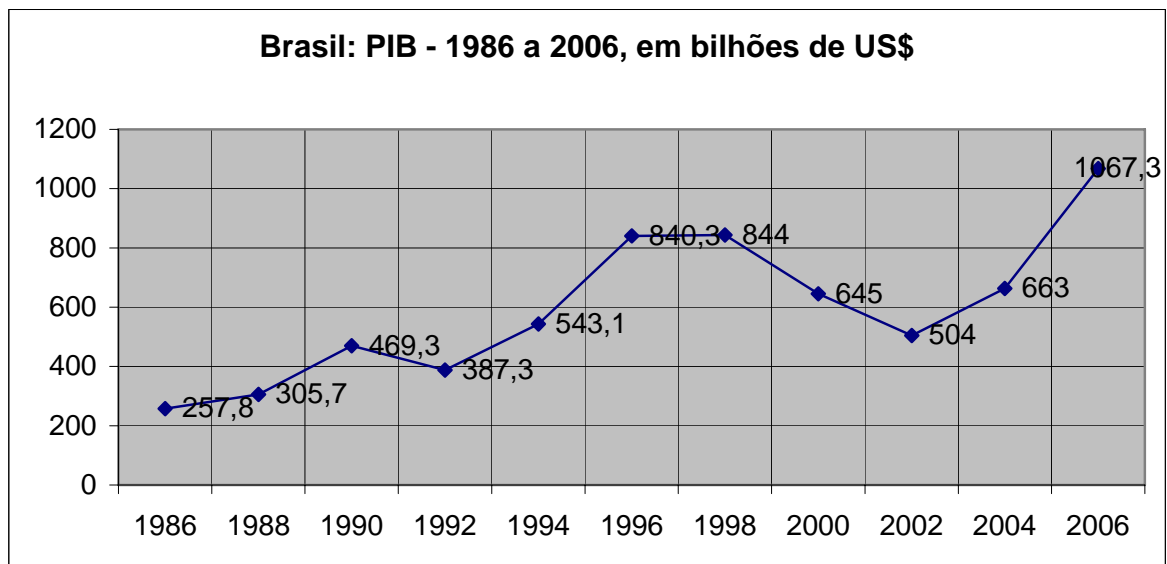
## CAPÍTULO 1

### OS ATORES

#### 1.1 BRASIL: ASPECTOS GERAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS

O Brasil é o quinto maior país do mundo em termos territoriais, graças a sua área continental de mais de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, inseridos no continente americano, e em quase a sua totalidade em terras do hemisfério sul. A sua população é predominantemente de brancos e pardos, com uma minoria de negros, de acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 1987, e dispendo pela auto-denominação da cor dos entrevistados. Neste mesmo ano, a população brasileira era estimada em 141,3 milhões, em 2000 contabilizavam 170 milhões e atualmente essa população é estimada em 191,3 milhões. Trata-se de um crescimento considerável, mas que vem diminuindo o seu ritmo. No período de 1970 a 1980 o crescimento demográfico era de 2,48%, atualmente, este índice está em 1,33%. A população é essencialmente urbana. Em 1987 já eram 67,5% do total, em 2007 o IBGE registrou 85% da população vivendo em núcleos urbanos.<sup>1</sup>

Quadro 1



Fonte: SECEX

<sup>1</sup> Almanaque Abril, 1986; Almanaque Abril, 2007; [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br); [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br).

O PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil era de US\$ 228 bilhões em 1986, em 1990 era de US\$ 469,3 bilhões, seguido de variações, até alcançar US\$ 645 bilhões em 2000 e o recorde histórico no ano de 2006, US\$ 1.067,3 bilhões, como demonstra o quadro 1.

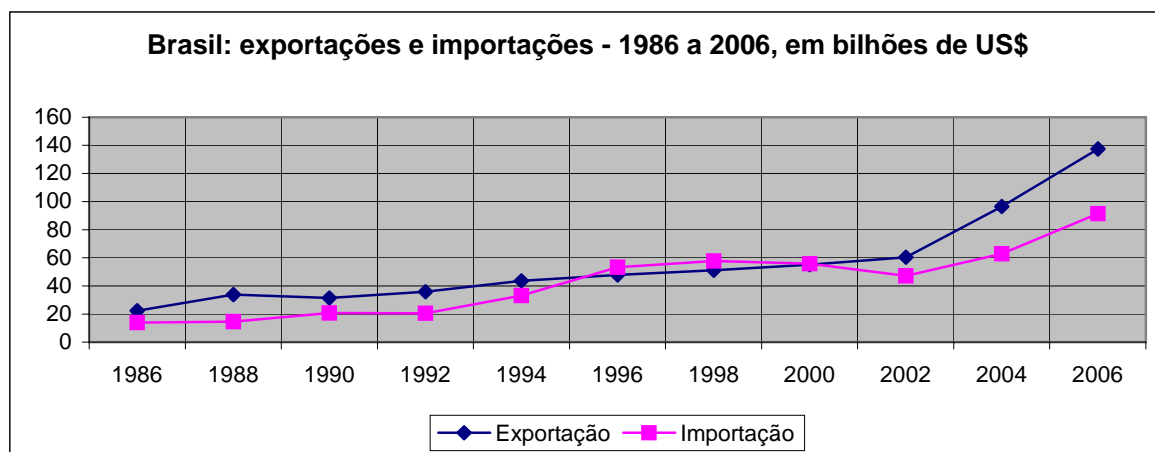
A população, como vimos anteriormente, se concentra em sua grande maioria nas cidades. No entanto, isso não repercute no sistema econômico, visto que a maior parte da produção é de produtos primários, destinado prioritariamente para a exportação, como é o caso do café e da soja, que se destacam no Brasil desde a década de 1980, tendo o café um importante papel na história econômica nacional. O extrativismo mineral e vegetal também é outro forte componente econômico, representativo na pauta de comércio. A indústria atende basicamente ao mercado interno. Somente nos últimos anos têm-se destacado parcerias comerciais, principalmente com os países da América do Sul, como é o caso do setor automotivo e têxtil com a Argentina.

Dentre as importações, destacam-se alguns produtos primários como o trigo, oriundo da Argentina e do Uruguai, e o petróleo, que nos últimos anos tem perdido destaque, visto a busca da auto-suficiência brasileira com o uso de tecnologia de prospecção em alto-mar e a opção por combustíveis alternativos, como o álcool e o gás natural. Há também as manufaturas, produtos de alta tecnologia, além de produtos químicos e outros minerais não encontrados em solo brasileiro, ou que quando encontrados, são insuficientes ou de baixa qualidade para o seu aproveitamento.

Mais a frente, nós destacamos a balança de comércio do Brasil, a relação entre as suas exportações e importações. No período analisado, que vai do ano de 1986 a 2006, verificamos um aumento significativo, tanto das importações quanto das exportações. Na década de 1980, os números das exportações pairavam entre 25 e 30 bilhões de dólares, na década de 90, eles subiram para 30 e 55 bilhões de dólares, até alcançar a última marca, em 2006, de 137 bilhões de dólares. Nesses vinte anos o valor agregado às exportações cresceu em quase sete vezes, sendo que nos últimos seis anos o aumento foi de duas vezes e meia. As importações seguiram também um ritmo de crescimento, na década de 1980, elas pairavam entre 14 e 20 bilhões de dólares, na de 90 ficaram entre 20 e 55 bilhões de dólares, alcançando também em 2006 uma

marca histórica, 91 bilhões de dólares. Um crescimento de seis vezes e meia nos últimos 20 anos. No quadro 2, podemos notar através do gráfico essas duas evoluções.<sup>2</sup>

Quadro 2



Fonte: SECEX

Esses números evolutivos de exportação e importação refletem necessariamente a abertura e a dinamização da economia brasileira entre os anos de 1986 e 2006, e a sua inserção, embora tímida e inicial, no mercado internacional.

No quadro 3, apresentamos os produtos que fizeram parte da pauta de exportação e importação no comércio externo brasileiro, entre os anos de 1990 e 2000. Embora o quadro aborde apenas uma década, é de se destacar que não houve grandes mudanças. Vale apontar também que neste quadro surgem produtos como peles, couro e cortiça, já que esses dados são adaptados de uma bibliografia de que se dispôs a analisar o comércio entre Brasil e Portugal.

Cabe-nos agora, nos atermos às características desse comércio. Dentre as exportações, destacados em negrito, estão produtos como: os agro-alimentares, minérios e metais e as máquinas e aparelhos industriais. Percebe-se portanto uma primarização da economia exportadora, representando somente os produtos agro-alimentares e os minérios, mais de 55% na pauta de exportação em 1990, e 45% no ano 2000. As máquinas e aparelhos aparecem com uma pequena tendência de crescimento, mas com índices ainda baixos, na casa dos 11,7% e 14%. Já entre as importações, destacam-se os energéticos, os produtos químicos e plásticos e as má-

<sup>2</sup> [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)



quinas e os aparelhos. Os energéticos, representados basicamente pelo petróleo e seus derivados, possui uma média de 20% de participação na pauta, mas com forte tendência de queda<sup>3</sup>. A importação de produtos dependentes de tecnologia se destaca, e com tendência de crescimento. As importações de produtos químicos, plásticos, máquinas e aparelhos alcançam uma média representativa de mais de 51% no período analisado.<sup>4</sup>

### Quadro 3

#### Brasil: estrutura das exportações e importações, 1990 e 2000, em %

Grupos de Produtos	Exportações		Importações	
	1990	2000	1990	2000
<b>Agro-alimentares</b>	<b>27,9</b>	<b>23,6</b>	10,7	6,8
<b>Energéticos</b>	2,2	1,6	<b>26,0</b>	<b>14,8</b>
<b>Químicos e plásticos</b>	7,4	8,8	<b>16,9</b>	<b>20,5</b>
Madeira, cortiça e papel	5,3	7,7	2,1	1,5
Peles, couros e têxteis	3,6	2,8	3,0	3,6
Vestuário e calçado	5,1	3,9	0,4	0,4
<b>Minérios e metais</b>	<b>28,0</b>	<b>21,2</b>	7,8	6,4
<b>Máquinas e aparelhos</b>	<b>11,7</b>	<b>14,0</b>	<b>29,2</b>	<b>36,0</b>
Material de Transporte	7,3	14,6	3,7	8,8
Produtos diversos	1,4	1,8	0,3	1,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: *SECEX*

É portanto compreendido que há sim, dentro da economia brasileira, uma produção majoritária de produtos primários, mas que diferente de décadas anteriores, em que isso significava necessariamente subdesenvolvimento e falta de alternativa, esse mercado exportador vem se diferenciando pelo desenvolvimento de produção, agregação de valor a mercadoria, utilização de mão-de-obra especializada e a modernização da produção, seja através de pesqui-

<sup>3</sup> O Brasil alcançou no último ano, ao menos por alguns meses, a sua auto-suficiência em petróleo, fato que fora destacado pela Petrobrás. No mesmo ano, foi descoberta na plataforma continental brasileira uma grande e potencial reserva petrolífera, denominada “Tupi”. A sua descoberta despertou a esperança do país em tornar-se um futuro e importante exportador de petróleo.

<sup>4</sup> SILVA, Joaquim Ramos, 2004.

sas na agro-pecuária, seja na descoberta de novas jazidas minerais e investimento em infraestrutura de produção e exportação.

Joaquim Ramos Silva, reforça a idéia do Brasil como um país exportador primário, e em particular, possui um peso significativo: “no setor de produtos alimentares (cerca de um terço do total das suas exportações no final dos anos 90). Em 2000, por exemplo, o Brasil foi o quinto exportador deste último tipo de bens, com 2,9%, um valor bem acima da sua média mundial geral (0,9%). Em algumas produções alimentares, como o açúcar, o café e a soja, apenas para referir os casos mais significativos, é mesmo tendencialmente o maior produtor e exportador mundial”.<sup>5</sup>

Dados recentes do Ministério da Agricultura brasileiro estimam uma produção de 159 milhões de toneladas de grãos no Brasil, ainda no primeiro semestre de 2007. Não sendo tão importante como nos produtos alimentares, ele é apesar disso, o maior produtor e exportador latino-americano de minerais e metais (excluindo os combustíveis), que atingem entre 5% a 10% do total exportado, um nível só ultrapassado por alguns países latino-americanos de economia ainda basicamente mineira, como a Venezuela e o Chile. Assim, o Brasil surge claramente especializado e com forte posição mundial na área de produtos primários: alimentares, outros agrícolas e minerais. O Brasil pode ser definido como um “global trader”, porém com escasso poder de mercado atendendo à elasticidade procura-preço da maior parte destes bens, destaca Silva.<sup>6</sup>

Os principais parceiros comerciais do Brasil eram, entre as décadas de 1980 a 1990, em ordem de importância e desconsiderando os blocos econômicos, os seguintes: Estados Unidos da América, Arábia Saudita, Japão, Alemanha, Holanda, França, Itália, Argentina, Grã-Bretanha e Venezuela. Dados colhidos, por Joaquim Silva, junto a SECEX (Secretaria de Comércio Exterior) revelam dois quadros (4 e 5), um de exportações e outro de importações. Agora já temos a inserção dos blocos econômicos principais no comércio brasileiro: a União Europeia e o Mercosul. O dados são uma média anual, entre os anos de 1991 a 2001<sup>7</sup>. O comércio estava assim distribuído:

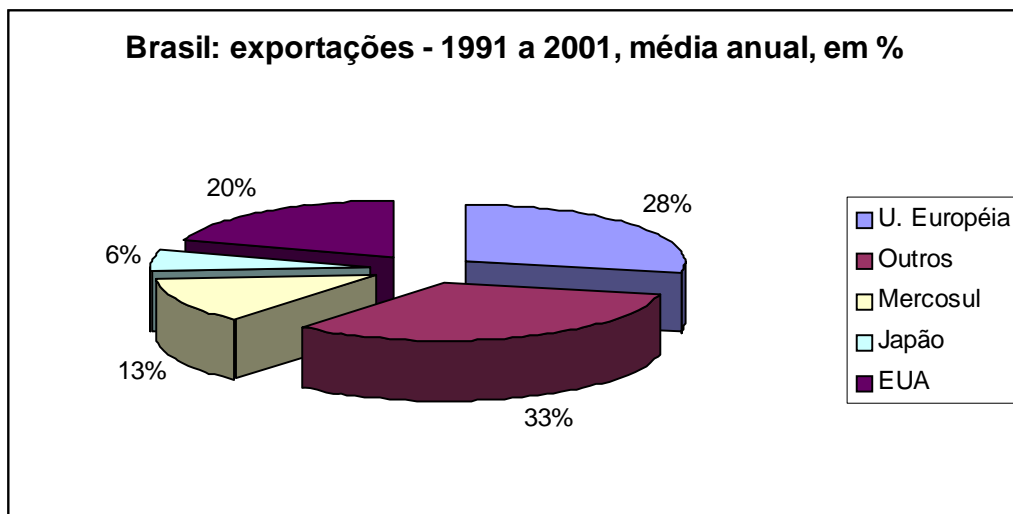
---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Ibidem.

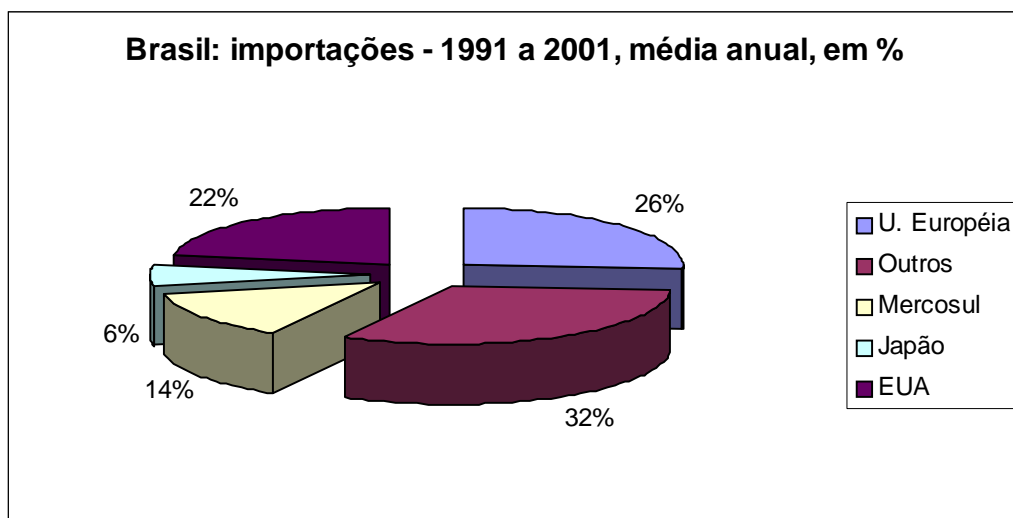
<sup>7</sup> [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)

Quadro 4



Fonte: SECEX

Quadro 5



Fonte: SECEX

Os dados apresentados nos dois quadros acima sofreram alterações significativas entre os anos de 2001 e 2006. O comércio com os Estados Unidos, por exemplo, teve uma queda representativa até o ano de 2006, diminuindo em 50% a sua participação no índice das exportações brasileiras, e um pouco menos nas importações. O Japão também, caiu de 6% para 4,2% em 2006 no quesito importações. O Mercosul, por outro lado, aumentou ligeiramente, com destaque para a Argentina, que continua líder com 8,8% de participação nas importações bra-

sileiras. Essa mudança de panorama advém do avanço das relações comerciais brasileiras com países em processo de abertura econômica, como a China (atualmente, a terceira na lista de importadores), Rússia e Índia, além dos países do Oriente Médio e da América Latina. O Brasil fechou o ano de 2006, de acordo com os dados da OMC (Organização Mundial do Comércio) como o 27º importador e o 23º maior exportador mundial de mercadorias, e com um grande e importante diferencial: possui uma variada e distinta relação de parceiros comerciais, o que é de grande importância diante de sucessivos abalos econômicos em determinados países e/ou blocos, embora vivenciamos um processo de globalização econômica.

Dados recentes da SECEX apresentam de forma mais clara o atual momento do comércio internacional brasileiro. A Ásia – que nos quadros 4 e 5 estava inserida dentre os denominados “*outros*” – lidera entre os exportadores, com 25%, seguida da União Européia com 22%, os Estados Unidos com 16,2%, o Mercosul com 9,8%, a África com 8,8% e por fim a Aladi<sup>8</sup> com 8%. O Oriente Médio aparece com apenas 3,5% do valor total dos produtos importados pelo Brasil.<sup>9</sup>

Já entre os principais mercados importadores de produtos brasileiros estão assim distribuídos: União Européia com 22,1% de participação, Estados Unidos com 18%, Ásia 15,1%, Aladi 12,7%, Mercosul 10,1%, África 4,2% e o Oriente Médio com 4,2%. Sendo que a União Européia recebe uma quantidade equivalente de produtos básicos e manufaturados, os Estados Unidos importam mais produtos manufaturados, na Ásia há a predominância de importação de produtos básicos, e o Mercosul e a África importam majoritariamente produtos manufaturados.<sup>10</sup>

A economia brasileira está entre as dez maiores do mundo, seja como mercado consumidor, seja como produtora de bens comercializáveis. O PIB brasileiro é o segundo maior dentre os países emergentes, ficando atrás somente da China que possui uma população quase sete vezes maior que a do Brasil.

O aumento do PIB, o aumento das trocas comerciais e o aumento da renda *per capita* são frutos de um demorado processo de abertura política e depois econômica que se assistiu no Brasil desde a década de 1980. Assunto que iremos tratar de agora em diante.

---

<sup>8</sup> Excetuando os países que já integram o Mercosul.

<sup>9</sup> [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)

<sup>10</sup> Idem.

No final da Ditadura Militar, que teve início no Brasil em 1964, e que foi marcada por grandes movimentos de cerceamento aos direitos civis, mas por momentos de forte crescimento econômico, como o chamado “Milagre Econômico Brasileiro” – que propunha o crescimento acelerado do país e a posterior distribuição de renda, que não se vingou – assistimos a momentos de reversão desta tendência, provocada principalmente pelos choques mundiais do preço do petróleo em 1973 e 1979.

A eleição indireta de Tancredo Neves a presidência da República no Colégio Eleitoral em 1985, marcou o fim da ditadura e o início de um novo período civil. Tancredo faleceu antes da posse, e não pode agir no controle dos males que assolavam a economia brasileira, dentre elas, a hiper-inflação. Tal tarefa coube ao ex-membro do partidos de apoio aos militares, José Sarney, que apesar de medidas duras, como a moratória a dívida externa e o policiamento dos preços no varejo, não conseguiu controlar o mal. A inflação maltratou os brasileiros por um bom período. Fora uma série de planos de estabilização até a implantação do Plano Real em 1994, que pôs fim a essa galopante inflação. Entre os anos de 1986 a 1994 sucederam dez ministros da economia, em três governos, instalando ao todo seis planos no combate a inflação, de raízes heterodoxas, ortodoxas e mistas, entre eles o Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II e o Plano Real<sup>11</sup>, este último na era do ministro da economia Fernando Henrique Cardoso que se elegeu presidente e governou o país entre os anos de 1995 a 2002, contando com as benesses da melhora da economia e a nova lei da reeleição.<sup>12</sup>

A abertura política significou o despertar para a abertura econômica, em contraste com a política nacionalista dos militares. Abertura esta, que segundo Bresser Pereira tardou a acontecer, em comparação, por exemplo, com alguns países da Ásia e a América Latina, como mostra o quadro 6.

Bresser Pereira, que foi um dos ministros da economia no período inflacionário, destaca que havia uma corrente impetuosa favorável a liberalização comercial (redução geral das tarifas e abolição quase completa das restrições quantitativas). Mas com efeito, a persistência de graves problemas conjunturais, não só de estabilidade macroeconômica, mas também de ordem política, em particular o *Impeachment* do primeiro presidente eleito democraticamente, Fernando Collor de Melo em 1992, impediu na prática que ela tomasse forma clara e consis-

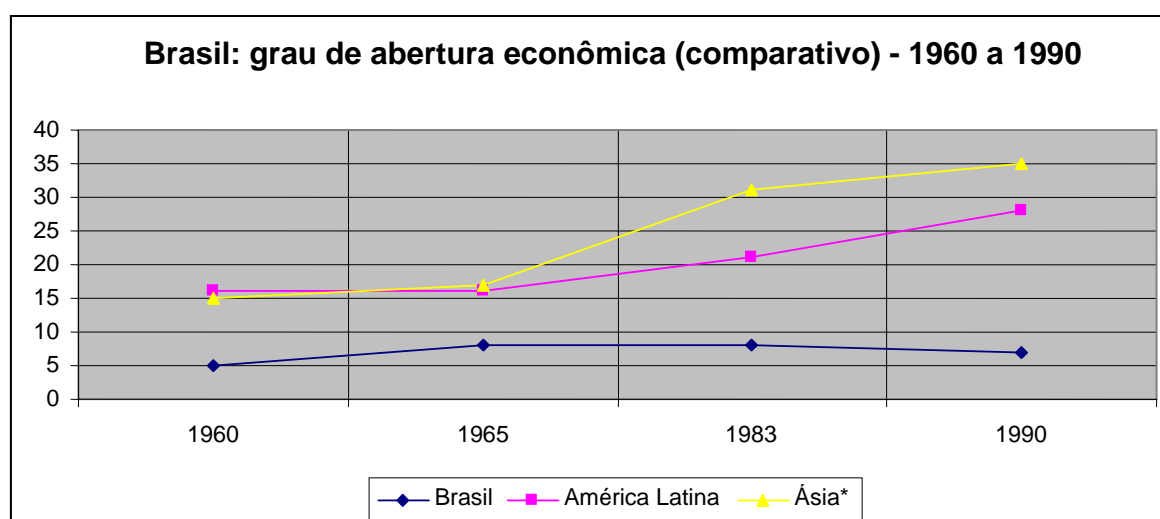
---

<sup>11</sup> BAER, Werner, 1996.

<sup>12</sup> Silva, Joaquim Ramos, 2002.

tente até os primeiros anos da década de 1990 e desse os frutos que seriam de se esperar. Houve indícios de retorno às restrições comerciais durante estes anos críticos. Seja como for, é muito importante destacar esta viragem decisiva e sublinhar que, durante todo este período, a política comercial esteve na vanguarda da mudança estrutural no Brasil. Mesmo uma publicação do FMI (Fundo Monetário Internacional), onde se fazia uma classificação dos países quanto ao regime de política comercial, reconhecia que o Brasil tinha passado do controle significativo em 1985 a relativamente aberto em 1991. Apesar dos naturais “acidentes de percurso”, a viragem para a democracia dava ineludivelmente sinais claros de que vincular-se também a um maior e mais conseqüente programa de abertura da economia ao exterior.<sup>13</sup>

Quadro 6



\* China, Coréia do Sul, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia.  
 Fonte: OMC (adaptado)

A implementação do Plano Real em 1994, que apresentou um corte profundo na espiral inflacionista e na instabilidade macroeconômica crônica que haviam dominado a economia brasileira durante as décadas anteriores, estabeleceu assim condições mais favoráveis para a sua internacionalização. Prova dessa internacionalização é que entre 1990 e 2000, a participação anual brasileira no comércio mundial (mercadorias mais serviços), oscilou entre um mínimo de 0,73% e um máximo de 1%, e atualmente já rompe a barreira de 1%.

<sup>13</sup> Idem.

Joaquim da Silva acredita que a mudança econômica brasileira no cenário internacional iniciou-se com o Tratado de Assunção em 1991. O estreitamento das relações com a América Latina e, principalmente, a valorização da América do Sul como alternativa estratégica, tendo como eixo central a cooperação e a integração com a Argentina, levou o Brasil a uma nova disposição diante de um quadro de crise. A semelhança dos problemas enfrentados pelos dois países, como, por exemplo, a crise da dívida, que deixava esses Estados extremamente vulneráveis às pressões do FMI e do Banco Mundial, desencadeou um acercamento sistemático e institucionalizado, aproveitando o momento histórico que viabilizava tal iniciativa. Os conflitos na América Central e os riscos de interferência diplomática e militar na América Latina, também foram fatores de estímulo na aproximação entre os países do Cone Sul. Em 1985, através da Declaração de Iguazu, uma delegação encarregou-se de estudar a integração entre os dois países e em 1986 foi assinada a Ata para Integração e Cooperação Econômica. Em 1988 foi firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, que previa o estabelecimento de iniciativas políticas condizentes com as aceleradas transformações no campo político-econômico-comercial, entre elas: “a formação dos chamados mega-blocos econômico-comerciais, a polarização econômica desenvolvida entre a América do Norte, a CEE (Comunidade dos Econômica Européia) e o Japão, e o assoberante crescimento da disjuntiva entre poder estratégico e poder econômico.”<sup>14</sup>

A emergência do Mercosul deveu-se em partir de 1986, após a redemocratização política de Brasil e Argentina, e alargou-se desde logo, aos dois vizinhos Paraguai e Uruguai. Nos seus primeiros anos e até 1997, o Mercosul contribuiu poderosamente para o ressurgimento comercial da região numa perspectiva mundial.

Amado Luiz Cervo utiliza-se o termo proposto pelo então presidente da República do Brasil no início dos anos 90, Fernando Collor de Melo, para analisar o período. Buscava-se a *fuga da periferia*. Para isso, adotava-se a postura de se fortalecer junto aos países vizinhos e se armar em blocos, tal como fizera a Europa após o abalo provocado pela II Guerra Mundial e a ascensão meteórica dos Estados Unidos no cenário político e econômico.

Cervo afirma, que no âmbito do multilateralismo, a postura de autonomia cedeu à postura coletiva no trato de temas da agenda internacional, sejam os temas negociados no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) – OMC (Organização Mundial do Comércio), como

---

<sup>14</sup> ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & ROMÃO, António, 2000.

propriedade intelectual, investimentos, comércio de bens e serviços, desregulação econômica, fim dos sistemas de preferência; sejam os temas negociados em outros órgãos, particularmente no sistema da ONU, como meio-ambiente, direitos humanos e segurança global. Uma passagem da ação soberana do Estado para a aceitação do coletivo, então chamado de forças da globalização. A atuação em foros multilaterais, uma conduta da fase anterior, acentuou-se portanto, com a diferença de que não mais pretendia modificar a ordem, mas mover-se em seu seio. A integração regional abrigaria o caráter defensivo diante dos riscos da globalização e do multilateralismo. A ação externa do Brasil adquiriu, por outro lado, impulso unilateral, desde 1990: sem negociação e sem contrapartida dos países centrais, nem em nome daquelas forças da globalização e seguindo os passos de outros países da América Latina, o governo brasileiro liberalizou o mercado, os fluxos de capital e a gerência da dívida externa.

A Competição internacional, um salto de qualidade em movimento nesses 15 anos, não corresponde à globalização. A competição ainda foi conceituada como desenvolvimento associado às forças do capitalismo e muito menos como expansão para fora do sistema produtivo brasileiro. Vale dizer que nesses 15 anos o país pouco avançou sobre a tendência de fundo das relações internacionais e permanece, portanto, assentado na periferia do mundo. Ao que tudo indica, por um erro de cálculo do seu potencial, cometido pelos dirigentes, os quais deixaram a sociedade com pouca disposição para operar em condições de competitividade sistêmica global.<sup>15</sup>

Ainda de acordo com Cervo, a abertura dos anos 90 marca uma reversão importante na estratégia de desenvolvimento do país. A competitividade passou a ser a meta principal da política industrial e a abertura comercial foi vista como indispensável para estimular o crescimento da produtividade. Essa opção estratégica de longo prazo vem sendo implementada gradualmente desde 1991, *pari passu* com medidas de estabilização monetária de curto prazo e com medidas de caráter mais estrutural, como as privatizações e a desregulamentação da economia.

A combinação de liberalização comercial com estabilização macroeconômica baseada em âncora cambial teve, no entanto, um preço elevado em termos de ajuste na produção, no emprego e na renda. Além de eventuais pressões sobre o balanço de pagamentos, as próprias taxas de crescimento têm-se apresentado baixas para as necessidades de um país como o Bra-

---

<sup>15</sup> CERVO, Amado Luiz, 2006.

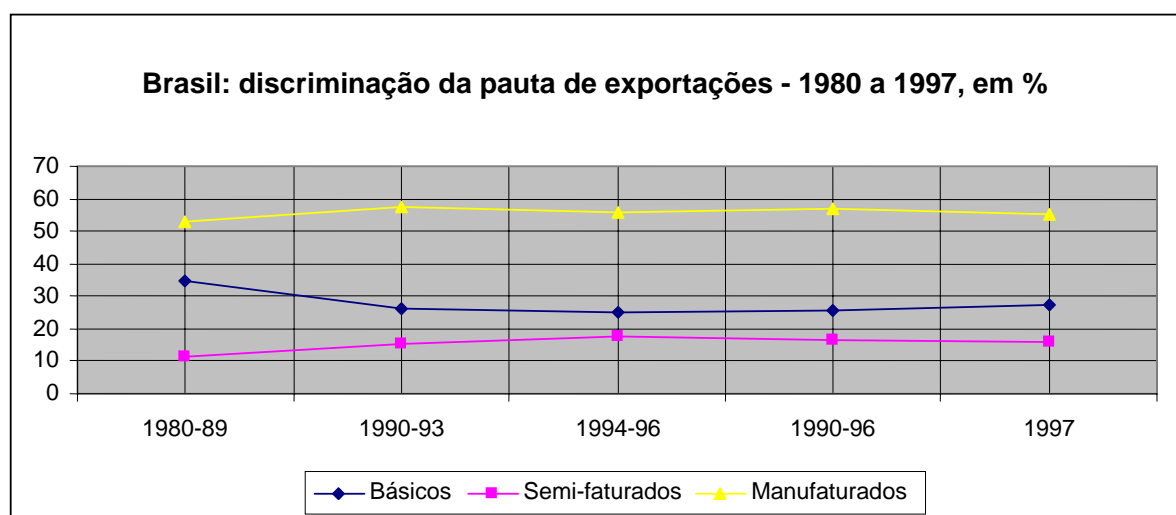


sil. Devido à fragilidade da situação fiscal, a diminuição da participação estatal no setor produtivo da economia não tem sido acompanhada por um incremento, nos níveis que seriam desejáveis, nos dispêndios na área social.

Nessas condições, não surpreende que, assim como, nos anos 80, todos os males eram atribuídos ao supostamente excessivo fechamento do país, nos anos 90, se fale na “abertura descontrolada”, nas “condições desiguais” de concorrência e na “face desumana da globalização”.<sup>16</sup>

Embora dados agregados devam ser interpretados com cuidado, parece claro que não aconteceu a temida e efetiva “primarização” da pauta de exportação do Brasil. Ainda assim, é lícito supor que a abertura da economia resultará em grau maior de especialização em relação ao período de fechamento da economia, e que essa especialização se dê em favor dos setores mais intensivos nos fatores abundantes no país, como mão-de-obra e recursos naturais. A alta, como demonstram os dados do quadro 7, entre 1980 e 1997 demonstra um aumento relativo na participação de semi-faturados na pauta de exportações. No entanto, a soma dos produtos básicos e semi-faturados ultrapassa o índice dos manufaturados, como podemos comprovar no quadro que se segue:

Quadro 7



Fonte: SECEX

<sup>16</sup> Idem.

A primarização da economia, como dissemos, não aconteceu necessariamente e mesmo que a participação dos produtos básicos e semi-faturados seja bastante significativa, isso não significa um processo de estagnação tecnológica. No caso brasileiro ela pode ser identificada nos últimos anos como uma de suas especializações, já que o foco é o mercado internacional, onde temos a exemplo a China, que atualmente carece de uma demanda enorme de produtos minerais e agrícolas, e que ano após ano alcançam preços antes inimagináveis, seja pela relação entre a oferta e a procura, como pelo câmbio favorável às exportações.

Os ganhos de produtividade na agricultura têm sido notáveis. A média da área colhida no triênio 1994-96 foi da mesma ordem de grandeza de 1975, mas a produção era 90% maior. Com efeito, desde 1988, a produtividade total dos fatores empregados na agricultura aumentou 25%, média elevada em termos internacionais e atribuída basicamente aos aumentos de produtividade da terra e da mão-de-obra.

Um outro elemento positivo neste cenário, são os extraordinários ganhos de produtividade alcançados pela indústria brasileira na década de 90: a média de crescimento da produtividade total dos fatores no período 1992 a 1997 é de cerca de 5% ao ano, considerada alta em comparação com as médias históricas, sendo que a maior parte desse ganho decorre do crescimento da produtividade do trabalho industrial. Há motivos para crer que a abertura comercial tenha exercido um efeito positivo sobre esse crescimento.

Diferentes de décadas atrás, o Brasil possui, atualmente, diversas indústrias já amadurecidas, típicas de países desenvolvidos, representadas em um parque industrial relativamente novo e dinâmico. A siderurgia, a produção de automóveis, a química, a eletro-mecânica, a de alimentos e a de vestuário, incluindo sapatos, são apenas alguns exemplos de uma extensa lista, cujos participantes são os responsáveis pelo país ter deixado para trás a sua posição de exportador exclusivamente de produtos primários, para se transformar em um exportador de manufaturas, sendo, em última análise, os responsáveis pelo elevado crescimento das exportações brasileiras. A diversificação da pauta produtiva garante, de certa forma, uma maior segurança diante as intempéries do mercado.

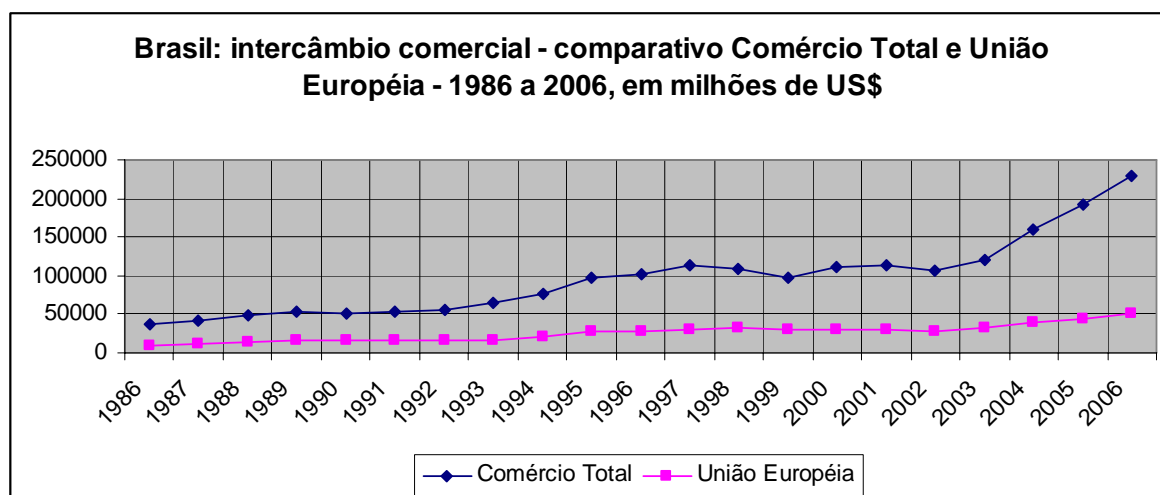
Mas, mesmo hoje em dia, a ainda elevada dependência do saldo comercial brasileiro à exportação de *commodities* ou àquela de produtos manufaturados de baixa tecnologia é preocupante. Não são só as difíceis condições internas do Brasil na última década as responsáveis pela oscilação do valor das exportações. A realidade é que o país ainda precisa ganhar muito terreno e passar a competir em mercados onde até hoje tem tido uma participação secundária,

por isso necessita de um grau maior de ousadia, substanciada na especialização de ao menos alguns setores produtivos.

O Brasil tornou-se, nos últimos anos, um país de elevado potencial de atração de IDE (Investimento Direto Estrangeiro): cresceu de forma exponencial na década de noventa, tanto em termos absolutos como em termos relativos (cerca de 3% do total mundial, em 1997). O programa de privatizações contribuiu com este afluxo (veja o caso de setores como a energia, as telecomunicações ou os serviços financeiros), sendo ainda de reter a importância da indústria automotiva. O movimento em sentido inverso é muito reduzido. Ele não representava, em 2000, no Brasil, mais de 0,3% das exportações mundiais de IDE. Hoje, esse fluxo é maior, vide os investimentos de empresas nacionais como a Petrobrás, Vale, dentre outras. A origem dos fluxos de investimento direto estrangeiro é mais concentrada. Destaque para os Estados Unidos e para a União Européia, que continua a exceder a importância dos Estados-Unidos, avultando, nos últimos anos, as operações de países como França, Espanha, Holanda, Alemanha e Portugal, sendo este último país, não por um acaso, o nosso personagem de estudo.<sup>17</sup>

Mas o Brasil mostra uma benéfica reação a esse possível cenário, de dependência ao mercado europeu, principalmente nos últimos cinco anos, quando a curva de intercâmbio comercial com o globo é mais ascendente que a curva de comércio com a União Européia, como demonstra o quadro 8.

Quadro 8



Fonte: SECEX

<sup>17</sup> ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & ROMÃO, António, 2000.

Há dúvidas no que se refere à forma com a União Européia encara o relacionamento econômico e político com a América Latina, e com o Brasil em particular. Parece indiscutível que a América Latina esteve, durante muitos anos, fora das prioridades da política externa da União Européia. Parece igualmente indiscutível que esta prioridade aumentou a partir da segunda metade dos anos oitenta, com a adesão de Espanha e de Portugal (1986). Quando, hoje, diz-se que o aprofundamento da relação entre a União Européia e o Mercosul se reveste da maior importância estratégica para ambas as partes, paira a dúvida sobre se tal afirmação não refletirá um ponto de vista excessivamente ibérico – dando por assente que a importância estratégica desse relacionamento, e a sua prioridade se encontram absolutamente adquiridas tanto em Portugal como na Espanha. Os resultados das rondas negociadas mais recentes entre os dois blocos, globalmente considerados, não podem deixar de dar razão a este relativo pessimismo sobre a importância efetivamente atribuída pela União Européia ao relacionamento com a América Latina.<sup>18</sup>

Resumindo, o Brasil conseguiu se erguer, mesmo na periferia mundial, como um dos países mais ricos, alcançando em alguns momentos até a oitava posição. No período analisado, que compreendem os últimos 20 anos, destaca-se a busca pela estabilização econômica, e como já destacamos, o combate a inflação. Em fins da década de 80 iniciou-se um processo de abertura e fortalecimento do mercado, contando com alianças no Cone Sul americano e destacadamente uma abertura ao capital internacional dos serviços oferecidos exclusivamente pelo Estado. Nesse intervalo assistiu-se a crises internacionais (Ásia, México, Rússia e Argentina) que demonstraram certa fragilização da economia brasileira e conseqüentemente do Mercosul. Já nos últimos anos, superada a crise Argentina, assiste-se uma retomada de crescimento que tende-se a perdurar, mesmo diante de uma nova crise internacional, já que o país conta hoje com subsídios consideráveis para o embate, como o fortalecimento de sua poupança interna. Trata-se, portanto, como destacam os autores de um *global-trader*, que mesmo sendo de médio porte, já começa a impor a força de seus interesses no mercado e na política internacional.<sup>19</sup> E como sugere um autor português. O Brasil pode ser visto no cenário político e econômico como uma baleia, que se movimenta muito lentamente, mas quando o faz desloca uma

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Ibidem.

grande quantidade de água que incomoda ou mobiliza uma grande quantidade de peixe menores, que são levados pela força da correnteza gerada.

## **1.2 PORTUGAL: ASPECTOS GERAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS**

Portugal, que a época dos seus reinados do período mercantilista chegou a ocupar imensos territórios e dividir o globo, mediante a benção papal, com o reino espanhol pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, tem hoje o seu território limitado a apenas 92 mil quilômetros quadrados – território um pouco menor do que o do Estado brasileiro de Pernambuco. A sua população paira na faixa dos dez milhões de habitantes desde 1986, registrando em 2007 uma população ainda pequena, de 10,6 milhões. A taxa de crescimento demográfico anual manteve-se praticamente estável nesse período, uma média de 0,4%. Vale entretanto, registrar o número expressivo de portugueses que residem no exterior, principalmente na Espanha, França, Grã-Bretanha e Brasil, com uma tendência atual de deslocamento para os países nórdicos. São cerca de 4,3 milhões de emigrantes, mais de 1/3 da população total portuguesa, sendo 738 mil deles (17%), no Brasil. Emigrantes que geralmente remetem dinheiro aos seus familiares que permaneceram em Portugal, sendo assim um representativo componente na economia local.

Localizado na Península Ibérica, compreendendo também os arquipélagos de Açores e Madeira, portal da Europa para o Oceano Atlântico e entrada do Mar Mediterrâneo, Portugal possui apenas limites territoriais com a Espanha, mas estando muito próximo de países como a França e Grã-Bretanha, os países do norte e oeste da África e o continente americano como um todo.

Até a década de 1990, a população era em sua maioria rural. Dados de 1986 sugerem que a população urbana era de apenas 31,2%, já em 2007, esse índice subiu para 59%, mas se mantém baixo, distante da tendência europeia e mundial, que é de forte concentração urbana. O Produto Interno Bruto sofreu avanços: em 1986 registrava-se um valor de 23,7 bilhões de dólares, em 1995 eram 80,8 bilhões de dólares, em 2000 eram 105,1 bilhões e em 2005 fechou em 183,3 bilhões de dólares, proporcionando uma renda per capita de quase US\$ 19 mil em 2006. Os principais parceiros comerciais portugueses eram em 1986 a extinta Alemanha Oci-

dental, os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Itália. Relação esta que se alterou, sendo hoje a Espanha o seu principal parceiro, mas tendo ainda os países europeus uma marcante presença e os Estados Unidos perdido significativamente algumas posições.<sup>20</sup>

O Estado português possui uma economia de baixo desenvolvimento tecnológico, em que se mantêm traços tradicionais. Destacam-se entre os setores de atividade econômica os têxteis, os vinhos, o azeite de oliva, a cerâmica, o calçado, a cortiça, a pasta de papel e o turismo pela sua tradição e condições naturais propícias.<sup>21</sup> Novos setores de atividade têm-se desenvolvido nos últimos anos, com menor representatividade é claro, como a indústria automotiva, as tecnologias de informação e as indústrias de eletro-eletrônicos e de máquinas e equipamentos, refletindo uma tendência recente.<sup>22</sup>

No quadro a seguir, é possível comprovar esses índices, dentro da pauta de comercialização portuguesa. Entre os itens enumerados, destacados em negrito, estão as exportações de madeira, cortiça e papel, o vestuário e os calçados, já de grande tradição e também surgem, como uma tendência dos últimos anos, a exportação de máquinas e aparelhos, e de material de transporte, que neste caso se refere à indústria automotiva.

#### Quadro 8

##### Portugal: estrutura das exportações e importações, 1990 e 2000, em %

Grupos de Produtos	Exportações		Importações	
	1990	2000	1990	2000
<b>Agro-alimentares</b>	7,3	6,4	<b>11,7</b>	<b>10,7</b>
Energéticos	3,5	1,3	10,8	4,7
<b>Químicos e plásticos</b>	6,4	7,6	<b>11,2</b>	<b>13,9</b>
<b>Madeira, cortiça e papel</b>	<b>12,2</b>	<b>10,1</b>	3,4	4,4
Peles, couros e têxteis	8,8	6,4	10,6	6,2
<b>Vestuário e calçado</b>	<b>29,1</b>	<b>19,7</b>	2,2	3,6
Minérios e metais	9,9	9,3	8,3	9,7

<sup>20</sup> Almanaque Abril, 2007; [www.embaixadadeportugal.org.br](http://www.embaixadadeportugal.org.br); Almanaque Abril, 1986.

<sup>21</sup> Em 2005, segundo dados da Organização Mundial do Turismo, cerca de 11 milhões de turistas visitaram Portugal. No Brasil foi registrada a entrada recorde de 5,4 milhões nesse mesmo ano.

<sup>22</sup> [www.embaixadadeportugal.org.br](http://www.embaixadadeportugal.org.br)

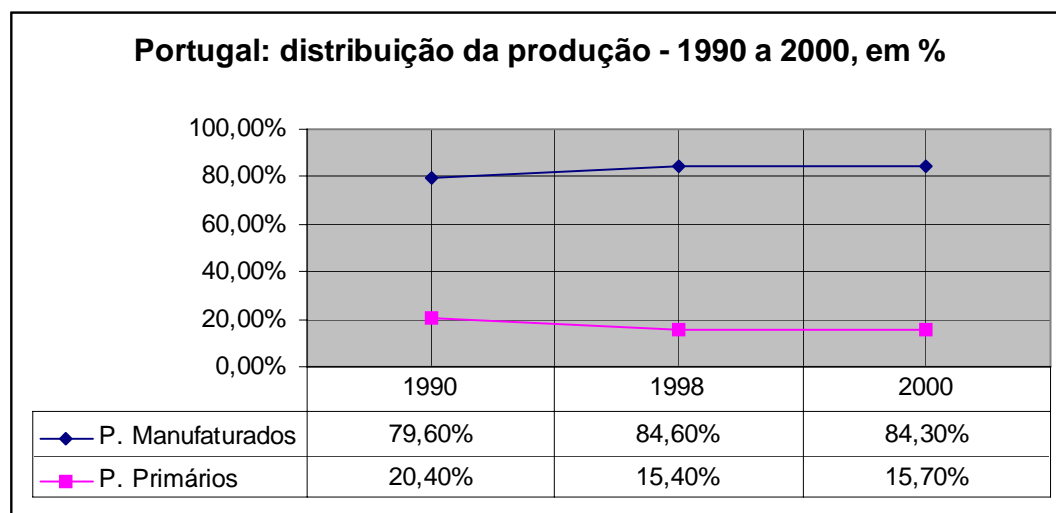
<b>Máquinas e aparelhos</b>	<b>12,9</b>	<b>18,8</b>	<b>22,7</b>	<b>22,9</b>
<b>Material de Transporte</b>	<b>6,8</b>	<b>16,9</b>	<b>14,2</b>	<b>17,8</b>
Produtos diversos	3,2	3,4	5,0	5,9
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: INE

Dentre as importações, destacam-se os alimentos, produtos químicos e plásticos, além das máquinas e aparelhos de nível tecnológico mais avançado e componentes da indústria montadora automotiva.

A distribuição da produção portuguesa fica visível com a apresentação de um outro quadro, fornecido pela Organização Mundial do Comércio, referente aos anos de 1990 a 2000. Nele confirmamos a grande participação dos produtos manufaturados em detrimento aos produtos primários, uma relação média de 5 por 1 em 1990, e que se distanciou mais ainda em 2000.

Quadro 9



Fonte: OMC

Passado a descrição básica da economia portuguesa, vale-nos aqui, destacar o período anterior a entrada de Portugal na CEE (Comunidade Econômica Européia), o processo de adequação ao bloco e o momento atual de sua economia e política.

Emanuel Reis Leão, afirma que com o 25 de Abril de 1974 (Revolução dos Cravos), iniciou-se uma nova etapa de desenvolvimento português. Até 1985, porém, os desequilíbrios macroeconômicos de curto prazo dominaram as preocupações da política econômica (tal como viria a acontecer no Brasil num período de transição semelhante, cerca de uma década mais tarde, essencialmente entre 1985 a 1994, como foi analisado anteriormente), e não foi definida uma estratégia conseqüente e explícita face ao exterior, salvo no que respeita à adesão a Comunidade Econômica Européia, considerada a “prioridade das prioridades”. Houve um esforço do poder político no sentido de travar as transformações revolucionárias então em curso e promover uma evolução institucional em direção ao modelo das economias do ocidente da Europa.<sup>23</sup>

A primeira aproximação feita pelos ibéricos se deu em 1962, quando solicitaram negociações para um acordo de associação, nos moldes daquele que vinculou a Grécia à Comunidade. Se as preocupações da Comunidade não permitiram o avanço das negociações naquele momento, posteriormente foram efetivados acordos de comércio com a Espanha (1970) e com Portugal (1973), mas as reticências comunitárias para os dois países seriam vencidas apenas com a queda do regime salazarista em 1974 e com o desaparecimento do General Franco em 1975, quando finalmente, as negociações tornaram-se uma possibilidade. Realizadas a partir de 1977, as conversações foram difíceis e realçadas por questões que surgiam do subdesenvolvimento das economias portuguesa e espanhola, como por exemplo, as implicações que uma maior mobilidade da mão-de-obra ibérica barata e desqualificada portariam para o espaço econômico europeu. Repetindo-se a história da admissão da Grécia, os fatores políticos foram mais importantes para a decisão do Conselho do que as preocupações de natureza econômica da Comissão, preferindo-se conceder a adesão a Portugal e a consolidação da democracia, com ganhos futuros para o fortalecimento estratégico da Europa Ocidental. A adesão dos dois países foi efetivada na reunião do Conselho de 29 de março de 1985 e os tratados que implementavam a sua admissão entraram em vigor em 1º de janeiro de 1986.<sup>24</sup>

Em comparativo com a Espanha, vale destacar que a adesão antecipada a Associação Européia de Livre Comércio – EFTA (1960-1985), fez com que Portugal recuperasse, entre os anos de 1960 e 1990, algum atraso em relação a sua vizinha, tendo o PIB per capita, em pari-

---

<sup>23</sup> LEÃO, Emanuel Reis, 1990.

<sup>24</sup> LESSA, Antônio Carlos, 2003.



dade com o poder de compra, passado de 68,7% para 80,5% do espanhol; e, no final dos anos 80, ultrapassou ligeiramente a Grécia em termos deste indicador.<sup>25</sup>

A Integração de Portugal a União Européia em 1986, a adesão do escudo – nome da sua antiga moeda – ao SME (Sistema Monetário Europeu) em abril de 1992 e a participação decidida que o país teve no processo conducente à criação do Mercado Único Europeu em fins de 1992, levaram Portugal a um novo estágio. Os efeitos da inflação ainda em fins da década de 1980 eram visíveis, a falta de competitividade também, mas o fato de se integrar ao SME em 1992 e a proposta de unificação européia, fizeram com que a economia se estabilizasse e índices como o de emprego e níveis de salários melhorassem substancialmente, devido até a livre circulação de pessoas pela Comunidade Européia. No entanto, Portugal não aproveitou de fato da integração no quesito infra-estrutura, deixou-se passar o período das “vacas gordas” da adesão sem que reformas estruturais significativas fossem implementadas, designadamente dentro de uma lógica de internacionalização competitiva. Neste contexto, teria sido fundamental mostrar que a modernização, embora envolva custos imediatos, por vezes penosos para certos grupos sociais, compensa largamente no médio prazo. Isto é, apesar de alguns avanços e do aumento da panóplia de recursos, teve-se neste período uma política de horizontes curtos e de adiamento das reformas necessárias, aspecto que, no essencial, não foi alterado até nossos dias, senão mesmo agravado.

Parece mesmo que Portugal perdeu uma grande oportunidade, visto que em 1983, Cícero Pereira Silva afirmava em sua obra que a Comunidade Econômica Européia investia firme na preparação da infra-estrutura portuguesa, indispensável mesmo, para poder receber o volume de investimentos que atraía. Neste óptica, “transformou o seu território, num imenso canteiro de obras, construindo ferrovias, pontes, viadutos e tudo o que for necessário para a construção do novo país. Através dos seus fundos estruturais, concede dinheiro a fundo perdido, aos governos, autarquias, empresários e particulares, destinado à criação de postos de trabalho à população em geral, especialmente mulheres, jovens e deficientes, muitas vezes financiando até mesmo a figura do líder comunitário, que vai canalizar as reivindicações gerais de uma comunidade, às autoridades constituídas. Hoje em Portugal, qualquer empresa instalada, seja de capital unicamente português, seja em associações com capitais comunitários, ou de países do Terceiro Mundo, poderá solicitar a ajuda dos fundos estruturais comunitários inde-

---

<sup>25</sup> SILVA, Joaquim Ramos, 2002.

pendentemente, da área de atuação e do ramo de negócio. A CEE financia desde pequenos reparos e canalizações para o escoamento de águas de ruas da periferia das cidades, passando pelo comércio em geral, indústria alimentícia, agência de viagens, turismo, túneis, viadutos, pontes, rodovias, ferrovias, escolas, hospitais, centros de recuperação e tudo o que se mostre indispensável ao desenvolvimento. Tudo isto, com incentivo a fundo perdido de até 55% do total do projeto. No caso da agricultura, pecuária, piscicultura e pescas, este valor poderá atingir os 70% do total do financiamento do projeto aprovado. Em qualquer das hipóteses, o governo português é obrigado a cooperar com o financiamento a juros subsidiados, com 25%, também do total do projeto. O empresário, conseguindo a plena aprovação dos seus projetos, entra com uma insignificância monetária para resolução do que se propõe elaborar.”<sup>26</sup>

O melhor indicador da evolução da economia portuguesa nos anos 90 foi o progressivo cumprimento dos critérios de convergência que, de acordo com o estabelecido pelo Tratado da União Europeia, permitiu a sua passagem à União Económica e Monetária (UEM) em 1992. Houve uma alteração radical: enquanto que em 1992 se passava exatamente o oposto, todos os critérios eram satisfeitos em 1997, à exceção da dívida pública. Mas mesmo neste critério, Portugal encontrava-se numa posição mais favorável do que a própria média europeia. Obviamente, embora se trate de um êxito importante, isso não quer dizer que os grandes problemas do país ficassem automaticamente resolvidos com o simples cumprimento dos critérios de convergência. Esta era apenas uma boa e mais firme base a fim de avançar em direção a novos objetivos, designadamente em termos de internacionalização.

É natural que os anos logo após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986, se tenham caracterizado por um crescimento muito acentuado do comércio com esta região, em particular com a Espanha, em detrimento das outras regiões.<sup>27</sup> Dados de 1999 revelam que nesse ano o comércio intra-bloco alcançou a marca de 80,2%, diferente de décadas anteriores (1970 e 1980) quando se anotavam 55% em média dentre os países que hoje compõem o bloco.

Portugal é não só o Estado-membro com comércio mais concentrado na própria União Europeia, mas também, o que menos participa em termos absolutos e relativos no comércio extra-comunitário. Numa economia mundial de oportunidades diversas e em constante muta-

---

<sup>26</sup> SILVA, Cícero Pereira, 1983.

<sup>27</sup> SILVA, Joaquim Ramos, 2002.

ção, a adoção de uma estratégia externa geograficamente concentrada não é uma das melhores saídas. Em 1999, Portugal apresentava-se entre os Estados-membros da União Européia, com um índice de importação de 1,05% e de 0,51% no quesito exportação. Tendo em conta o relativamente baixo grau de abertura da economia portuguesa, importa salientar que o fato das suas trocas estarem altamente concentradas na União Européia e revelarem até agora um fraco dinamismo na sua vertente extra-comunitária não significa de modo algum que a importância do comércio com a União Européia seja “excessiva”. Resumindo sobre este tópico, estamos perante mais um paradoxo: apesar do comércio português estar altamente concentrado na União Européia, a importância das trocas intra-comunitárias é pouco significativa para o conjunto da economia portuguesa. Existe, portanto, um potencial de desenvolvimento do comércio intra-comunitário em paralelo com o extra-comunitário. Dito noutros termos, Portugal ainda tem muito a fazer com vista a melhorar as suas relações com os países mais avançados do centro e norte europeu, não só de um ponto de vista qualitativo, mas até mesmo quantitativo.<sup>28</sup>

Portugal recebeu inúmeros incentivos no sentido de aproximar-se das economias europeias. Por força dos acordos de livre comércio, concluídos em 1972, os produtos industriais portugueses já aí se beneficiavam, antes da adesão, da isenção total de direitos e de outras taxas, bem como da eliminação de todas as restrições quantitativas à importação ou medidas de efeito equivalente a estas. Pode-se assim falar do livre acesso ao mercado comunitário como situação pré-existente à adesão em 1986. E com período pós-adesão, como partícipe, Estado-membro, foi facultado às exportações portuguesas condições muito mais favoráveis do que as anteriores.

Em segundo lugar, o fato de Portugal passar a ser Estado membro deu-lhe outra capacidade na discussão das sempre possíveis tentativas dos outros parceiros no sentido de entrar as suas exportações. É conhecida a crescente utilização por parte dos países industrializados de processos sofisticados para impedir ou dificultar as importações. Muitos desses processos já foram detectados pela Comissão da Comunidade e pelo Tribunal de Justiça, órgãos encarregados de vigiar o cumprimento das obrigações dos tratados aos quais até a adesão, Portugal, como país terceiro, não podia recorrer, mas que agora podem ter um papel determinante na defesa dos seus interesses num eventual confronto com os países mais desenvolvidos. Em terceiro lugar, há a referir as condições muito mais favoráveis para a exportação que resultam

---

<sup>28</sup> Idem

da eliminação do sistema de regras de origem e da sua substituição pelas disposições que regulam o trânsito comunitário, em particular a aplicação da regra da “livre prática”. Como se sabe, o benefício do comércio livre era, antes da adesão, atribuído na CEE apenas a produtos originários de Portugal, impondo as regras que determinavam a origem condições bastante restritivas que impediam, em não poucos casos, a incorporação de materiais de fora da zona, mesmo que estes tivessem pago todas as imposições devidas na importação. Esta forte limitação desapareceu com a adesão, uma vez que passaram a beneficiar da livre circulação na Comunidade de todas as exportações de Portugal de produtos que tenham cumprido as obrigações aduaneiras comunitárias.

Igualmente relevante será o aproveitamento que Portugal possa fazer dos esquemas inerentes à política de cooperação da Comunidade com numerosos países em vias de desenvolvimento. Nesse âmbito, a exportação de bens e serviços será fortemente apoiada pelos incentivos financeiros e técnicos que a Comunidade põe à disposição dos países em causa da promoção do respectivo desenvolvimento.

Portugal tem desde a adesão, o direito de proteger, na mesma forma que os outros Estados-membros, os setores em crise para os quais a Comunidade tem em vigor esquemas específicos de defesa. É o que sucede nos setores têxteis, vestuário e de produtos siderúrgicos. No primeiro caso, pela via da política convencional têxtil, os países que concluíram com a União Européia acordos de auto-limitação dos seus produtos verão fortemente cerceadas as suas possibilidades de exportação para Portugal face aos níveis reduzidos que lhes serão atribuídos. No segundo caso, as medidas anti-crise em vigor, para além da limitação imposta ao crescimento da produção comunitária no setor siderúrgico, reduzem substancialmente a capacidade de penetração no mercado comunitário dos produtos concorrentes provenientes de países terceiros.

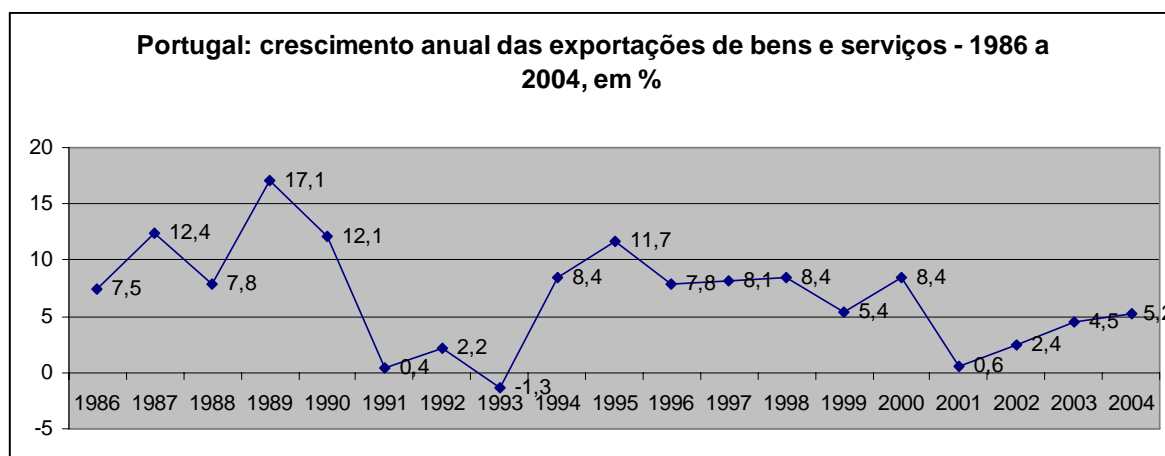
Apesar dos aspectos negativos que descrevemos, as características do desenvolvimento e homogeneização sócio-econômica que se desenvolveram em Portugal, tornaram o quadro menos dramático e mais comedido dos seus efeitos. Uma economia como a portuguesa enfrentou todos estes problemas, perdeu mercados privilegiados com a descolonização africana, absorveu várias centenas de milhares de portugueses falidos, vindos da África e conseguiu ultrapassar estas situações sem grandes convulsões. Foi possível ultrapassar situações adversas e avançar no processo de negociação no bloco europeu. Em termos internos, foi-se avançando na consolidação da democracia e das estruturas econômicas e sociais. Isto permitiu que fosse

possível a absorção dos efeitos derivados das mutações anteriormente verificadas em Portugal, e a correção da linha de rumo, tendo como objetivo primeiro, o desenvolvimento econômico e social da sociedade portuguesa.

Joaquim Ramos Silva anota o papel dos empresários, que segundo ele, em situações adversas, através de sua capacidade e esforço, foram capazes de “manter o crescimento econômico, atenuar a tendência para o crescimento do desemprego, reorientar e aumentar as exportações de bens e serviços e talvez, bem mais importante, manter e reviver o espírito de empresa privada”.<sup>29</sup>

As exportações cresceram, entre 1986 e 2004 a uma média anual de 6,8%, mas com variações significativas como no ano de 1989, quando alcançou 17,1% de crescimento e o ano de 1993, onde verificamos um decréscimo de 1,3%, como nos confirma o quadro abaixo, fornecido pelo Banco de Portugal.

Quadro 9



Fonte: Banco de Portugal

Durante a década de 1980, Portugal só foi ultrapassado pela Irlanda no crescimento de suas exportações. De 1996 a 2001 o cenário mudou, quando as exportações da Espanha, Irlanda e Grécia cresceram a um ritmo médio anual bem superior ao de 1986-1995, começaram a se tornar visíveis os problemas portugueses de competitividade, que a entrada no euro haveria

<sup>29</sup> Caixa Geral de Depósitos, 1986.

de colocar “a nu”, o que levou a que as exportações portuguesas nunca mais tivessem tido comportamento dinâmico que anteriormente tinham manifestado<sup>30</sup>.

A adesão de Portugal à União Européia teve, como vimos, implicações importantes sobre a economia, mas também para a sociedade e a política do país. Entre as principais vantagens imediatas da adesão estão os recursos disponibilizados pela Comunidade para o desenvolvimento de regiões atrasadas. Na época da adesão, o PIB per capita de Portugal era de apenas 53% da média européia em paridade de poder de compra e os recursos comunitários viriam ajudar o país a se aproximar do centro europeu em termos de renda por habitante. No campo político, o objetivo era a consolidação da democracia, pois o país apresentou durante o século XX instituições democráticas muito fracas e uma propensão à ditadura. O governo ditatorial de António Oliveira Salazar perdurou por quase todo o século XX, de 1932 a 1968, sendo que após a sua morte a ditadura foi somente derrubada com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. Assim, muitos em Portugal esperavam que, com a adesão, além do repasse de recursos financeiros, houvesse uma consolidação das instituições democráticas – uma exigência para se pertencer à Comunidade – e uma melhora das condições sócio-econômicas da população na direção dos países centrais do continente – uma promessa da Comunidade. Por outro lado, a adesão impôs a necessidade de adaptações macroeconômicas e das empresas nacionais. Era imperativo discutir os possíveis impactos da nova exposição da economia portuguesa ao ambiente de concorrência da CEE. A condição periférica de Portugal veio à tona e passou a merecer tratamento relevante no debate político e acadêmico no país e na Europa. No momento de adesão, o país não estava só em contato com o novo ambiente europeu, estava também diante da consolidação da globalização e da consolidação de um novo formato da hegemonia estadunidense (fim da Era Bipolar ou como diz Francis Fukuyama, o Fim da História).

Até a adesão, as importações portuguesas provenientes da Europa eram compostas por insumos industriais intermediários, bens de capital e bens de consumo. Após a adesão cresceu também a importação de produtos agrícolas e alimentares, em grande parte devido a um desvio de comércio desses bens dos Estados Unidos para a União Européia. Entre as transformações da pauta comercial, um destaque foi a Espanha, que passou a ocupar o primeiro lugar nas importações portuguesas e o segundo nas exportações – antes ocupava o décimo lugar em ambas. Os outros dois principais parceiros comerciais passaram a ser Alemanha e a França. Os

---

<sup>30</sup> AFONSO, Oscar & AGUIAR, Álvaro, 2004.

Estados Unidos são o único mercado não-europeu entre os dez primeiros, mas registraram uma perda progressiva de posição<sup>31</sup>, tendência que também atingiu as restantes regiões do globo, após a adesão à União Europeia. Percebe-se com esses dados que a União Europeia cria um comércio internacional, mas também desvia um comércio. Do ponto de vista das teorias neoclássicas de integração, o desvio de comércio em processos como esse tende a gerar ineficiência e é indesejável. Mas esse desvio faz parte da estratégia de formação e consolidação do mercado interno, que beneficia empresas baseadas na Comunidade com ampliação de mercados.

Em relação ao Investimento Direto Estrangeiro, a Espanha também se destacou desde a adesão a UE – que investiu no setor financeiro, de distribuição, imobiliário e em menor escala em indústrias como cerâmicas e siderurgia – e a Alemanha – que contribuiu para a diversificação das atividades com investimentos de indústrias importantes e altamente produtivas como a Volkswagen, Siemens, Bosch e Continental.

Joaquim Ramos Silva afirma, que a exceção de um breve recuo em 1986, os investimentos estrangeiros em Portugal vêm aumentando sistematicamente desde 1985. Ele lembra por exemplo, o período de 1988 a 1990, quando saltaram de US\$ 959 milhões para US\$ 3,56 bilhões, o que representa um aumento de investimentos de quase 300% no período. Eram estes, em grande parte, originários, dos países comunitários, sendo o Reino Unido o mais forte investidor com US\$ 656 milhões em 1990, seguido da França, Espanha, Alemanha e Holanda. Fora desse grupo, os Estados Unidos se apresentavam como importante parceiro, com oscilações periódicas, porém com lugar garantido entre os maiores investidores. O Japão, que vinha mantendo-se relativamente discreto na lista de investidores, começou, a partir de 1990, a revelar forte interesse pela economia portuguesa, chegando a exhibir, em 1991, um total de US\$ 75 milhões.

---

<sup>31</sup> O efeito da proximidade geográfica – que principalmente à medida que os custos de transporte vão perdendo importância, pode-se também refletir efeitos de proximidade cultural – é bem patente na modesta quota que os EUA têm no comércio externo português, em comparação com os países europeus. A partir de meados dos anos 80, soma-se à distância geográfica a decisão política de plena integração europeia, no seguimento institucional da entrada como membro fundador da EFTA em 1960 e assinatura do Acordo de Comércio Livre com a Comunidade Europeia em 1972. Além de ter aumentado a abertura comercial externa de Portugal, a adesão à Comunidade Europeia em 1986 gerou um nítido desvio em favor dos países continentais europeus, com repercussão particularmente acentuada na quota das importações provenientes dos EUA.

O investimento direto estrangeiro em Portugal – especialmente o espanhol que é o que permanece com mais representatividade – passou a concorrer em áreas antes dominadas por empresas nacionais. A competição trazida para a economia portuguesa por meio desse investimento estrangeiro que concorria com os grupos nacionais fez esses grupos passarem a investir no exterior, gerando fluxo de investimento direto principalmente para o Brasil, mas também para o resto da América Latina e África. Essas incursões do capital português para as áreas citadas muitas vezes se davam em parceria com o próprio capital espanhol, lembrando até os anos da União Ibérica (1580-1640), quando os dois Estados estavam unidos em um só e investiam seus capitais na exploração de suas colônias.

Com a entrada na Comunidade, os portugueses perderam espaço entre os produtos dinâmicos. E onde ganharam? Ganharam como montadoras, por meio do IDE, que retém pouca tecnologia e exige atividade de remuneração mais baixa. Como a política regional comunitária contava com programas voltados para o investimento privado, muitos a fundo perdido, houve um incentivo à elevação da produtividade. Outros investimentos também ajudaram a elevar a produtividade, com destaque para os acessos a meios de comunicação mais eficientes. A importância para Portugal dos esforços de aumento da produtividade microeconômica e sistêmica fica evidente.

Crê-se que o modelo de crescimento e internacionalização que se consolidou em Portugal durante a década de 1990, que foi de forte crescimento da economia mundial e de intensos fluxos de capitais, quer sob a forma de investimento direto, quer de investimento em carteira, teve seis características chaves:

“1) Uma importância decisiva da dinâmica demográfica, do trabalho feminino e do crescimento do setor terciário (enquanto criador de empregos) no aumento da capacidade de consumo das famílias; 2) uma dinâmica de crescimento baseada, durante a maior parte do período, no dinamismo do consumo privado, do investimento residencial e do investimento imobiliário para uso empresarial e do investimento na produção de bens e serviços transacionáveis associada a uma fraca capacidade de atração de IDE; 3) aumento do déficit externo de bens e serviços, devido ao aumento do consumo privado de importados e a falta de dinamismo das exportações; 4) um forte investimento nos setores de bens e serviços não-transacionáveis associados ao bem-estar das populações e ao funcionamento das empresas recém-privatizadas desses setores; 5) um papel crucial dos bancos como fornecedores de crédito interno ao consumo e ao investimento em bens não-transacionáveis e às aplicações das famílias nos mercados imobili-



ários e de capitais, e como captadores de empréstimos externos a curto prazo para prosseguir no ritmo de concessão de crédito a esses setores e entidades; 6) um papel dos mercados de capitais no processo de expansão, diversificação e internacionalização de grupos empresariais.”<sup>32</sup>

A adesão a CEE, e nessa medida o melhor acesso ao seu mercado interno em 1986, resultou numa rápida expansão inicial dos setores tradicionais portugueses (têxteis, vestuário e calçados), acarretando uma maior especialização da economia. O aumento da concorrência mundial, a estrutura fragmentada daqueles setores, somada a falta de *marketing* e, obviamente, o estrangulamento financeiro resultante de taxas de juro internas artificialmente elevadas pela política de controles de capitais prosseguida em 1990 e 1991, por um lado, e a modernização da economia e o investimento direto estrangeiro alteraram desde 1994 essa tendência, no sentido de uma aproximação de estruturas produtivas.

Por exemplo, as exportações da “Auto Europa”, uma *join venture* (e IDE) da Ford e da Volkswagen, com um investimento da ordem dos 2,9 por cento do PIB português, que começou a produzir as chamadas *multi-purpose-mini-vans* em Palmela (área da capital Lisboa) em 1995, estão estimadas em quase 10% do total das exportações de mercadorias em 1996 e 1997. Só este investimento compensou a queda do emprego nos setores têxtil, vestuário e calçado, que experimentaram reduções de emprego significativas em 1995.

Em 1997, a taxa média anual de desemprego em Portugal era de 6,8% (em 1999, caiu abaixo dos 5%). Esta taxa se encontrava favorável, se comparada com a situação de outros Estados-membros, com exceção de Luxemburgo, Holanda, Dinamarca e Áustria. A Espanha, por outro lado, apresentava uma taxa de desemprego acima dos 20%.<sup>33</sup>

O peso do setor público em Portugal terá assegurado um baixo nível de desemprego nos anos oitenta, embora à custa de um maior nível de inflação, enquanto os aumentos salariais passaram a ser trocados por segurança no emprego, mantendo baixo o desemprego. Um baixo nível de benefícios de compensação do desemprego (praticamente inexistente até 1977) também aumentou os custos de estar desempregado. Este modelo, ao contrário da Espanha, levou quer aos mais baixos salários, quer às mais baixas taxas de greve na União Européia.

---

<sup>32</sup> BARBOSA, Thiago Varanda, 2006.

<sup>33</sup> ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & ROMÃO, António, 2000.

Em Portugal, os salários apresentam uma elevada elasticidade em relação à inflação e ao desemprego: a resposta dos salários (a semi-elasticidade) ao desemprego é uma das mais elevadas entre os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). A flexibilidade dos salários reais é um substituto para a mobilidade internacional do trabalho. Por isso mesmo, a eliminação da autonomia cambial não parece trazer grandes custos. Uma flexibilidade de fato do mercado de trabalho, apesar da sua rígida regulamentação, mostra que a economia portuguesa tem alguma capacidade de ajustamento a choques assimétricos numa união monetária.

Há entretanto, alguns fatores preocupantes a se destacar sobre a situação direta e indireta dos empregos em Portugal, segundo o autor, são eles:

- o investimento tem tido uma evolução muito marcada pelos ciclos de várias obras públicas que se têm sucedido em Portugal, para a adequação ao nível estrutural europeu;
- as importações têm crescido, genericamente, a um ritmo superior ao das exportações, indicando insuficiências da capacidade produtiva existente em Portugal e a maior exposição aos efeitos da concorrência económica de outros países, o que provoca aumento do desemprego em setores menos capacitados;
- a evolução do emprego tem sido muito limitada, com taxas de crescimento próximas de zero, ou mesmo negativas, “desligando-se” da evolução do produto (ou seja, do crescimento económico, que não induz a criação de emprego, na mesma proporção);
- a taxa de desemprego, embora seja uma das mais baixas da União Europeia, é acompanhada por outros indicadores preocupantes, como seja: o peso dos “Desempregados de Longa Duração” no desemprego total, que tem vindo a aumentar, atingindo cerca de 44% em 1998; a baixa escolaridade e qualificação dos desempregados (e dos empregados), comprovando a baixa empregabilidade, em geral, da população ativa em Portugal, etc;
- o baixo nível de produtividade média do trabalho (pouco acima de metade da média da União Europeia) e o seu crescimento irregular.<sup>34</sup>

A economia portuguesa encontra-se inteiramente imersa no processo de globalização. Porque é um país pequeno, com falta de espaço (veja-se o elevado processo migratório). Por-

---

<sup>34</sup> Idem.

que foi nesse sentido que se foram tomando opções políticas internas: mais tímida a do Estado novo, com a adesão a EFTA (Associação Europeia do Livre Comércio); mais ousada a do Estado Democrático contemporâneo, com a adesão à União Europeia e à moeda única europeia.

A imersão na economia global fez-se tanto de forma ativa (os emigrantes e as remessas do emigrantes; as exportações de vinho, azeite e cortiça; depois de têxteis, vestuário e calçado; mais tarde, de máquinas, equipamentos e material de transportes; hoje, de um produto que pode chegar a ser tão razoavelmente sofisticado em concepção como um molde de injeção: o turismo), como de forma passiva (as importações de bens de serviços; o Investimento Direto Estrangeiro).

A imersão da economia portuguesa na economia global não tem deixado de se aprofundar, tanto em termos de crescimento quantitativo como de evolução das suas modalidades. E no que se refere a esta evolução, o fenómeno é sempre mais contraditório do que pode parecer à primeira vista: a entrada de capital estrangeiro para efeitos de investimento direto ajudou a alterar a configuração das exportações; de país receptor de turismo, Portugal tende, neste domínio, para um saldo mais equilibrado, à medida que os portugueses saem cada vez mais para novos destinos turísticos; de país receptor de investimento direto líquido no exterior.<sup>35</sup> Dentro deste panorama turístico está o Brasil. A TAP, principal empresa aérea portuguesa conta atualmente com 66 ligações diretas semanais entre Brasil e Portugal, atendendo oito capitais brasileiras: Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Natal, Recife, Salvador, Fortaleza e Belo Horizonte. Sem contar as empresas brasileiras como a TAM e Varig, que já fazem a ligação entre os dois países há algum tempo. Isso demonstra o fluxo crescente de turistas nos dois sentidos.

Esta passagem a investidor direto líquido no exterior atingiu importância suficiente para se impor em termos de sistemas de informação e comunicação social, e de agenda política. Atingiu grandes empresas “de bandeira”, umas públicas (Petrogal, Portugal Telecom, Eletricidade de Portugal, Caixa Geral de Depósitos), outras onde prevalece a memória de uma intervenção pública, e que o Estado ainda não abandonou inteiramente (Cimpor), outras inteiramente privadas (Sonae, Jerônimo Martins, Banco Comercial Português, Grupo Espírito Santo). Mas atingiu, também, o fenómeno do investimento direto no exterior.

---

<sup>35</sup> Ibidem.

No ponto em que se encontra, a maior vantagem da economia portuguesa (dos empresários e das empresas portuguesas) é a sua experiência de comércio internacional. Trata-se de fator nem sempre muito valorizado, mas a que possui importância: a economia portuguesa é muito aberta, aproxima-se de uma situação em que exportará cerca de 50% do que produz, e não pode ter sido em vão que setores inteiros, como o têxtil e vestuário, o calçado ou o material de transporte (componentes automotivos, para falarmos sobretudo em empresas comuns, de pequena dimensão) exportam volumes que se aproximam de 80% da produção global.

Portugal vive ainda como um Estado periférico, e isso tende a se agravar com a adesão de mais países à União Européia, como os do leste europeu, que surgem como concorrentes potenciais muito poderosos em matéria de atração de investimentos, visto a economia incipiente e a mão-de-obra barata e abundante. É patente, afirmam os autores, que nos últimos anos, aumentou a dificuldade da economia portuguesa continuar a atrair volumes consideráveis de investimento estrangeiro. Por outro lado, o forte mercado ao qual está inserido, garante a Portugal, estabilidade e confiança, podendo assim, com uma moeda em franca valorização, investir e recuperar divisas no exterior, principalmente no Brasil, seu maior mercado de investimento externo, um dos assuntos do próximo capítulo.

A população portuguesa parece confiante em sua economia. Em nossa pesquisa, realizada com vinte e cinco cidadãos portugueses, todos residentes em Portugal, constituindo uma faixa etária entre 18 e 45 anos, e com atuação profissional e acadêmica em diversas áreas, perguntamos primeiro, o que representou para eles a entrada de Portugal para a CEE em 1986 e ainda quais eram as perspectivas futuras de sua economia.

As respostas sobre o impacto da entrada de Portugal na Comunidade Européia foram muito semelhantes, mas a que mais se destacou ao meu ver foi a dada pela advogada Francisca Brandão, de 30 anos, que apesar de ter vivenciado durante a sua infância e adolescência essas transformações, consegue identificar de maneira clara e coerente todo o processo, segundo ela:

“ A integração de Portugal na CEE e depois, em 1992, na união européia, contribuiu não só para uma grande melhoria das condições sócio-econômicas dos portugueses, mas também no reforço do papel do nosso país na comunidade internacional. Portugal foi assim, obrigado a introduzir uma série de reformas para melhorar a agricultura, as indústrias, as vias de comunicação, a educação e a formação profissional, dentre outras coisas.”

Outras questões são de destaque como os da administradora Olga Sousa, de 26 anos. Ela lembra da liberalização do mercado, o aumento do intercâmbio comercial, a afirmação da cidadania europeia, principalmente com a liberdade de trânsito de pessoas entre os países do bloco, e as reformas e investimentos em infra-estrutura, já recordados. O movimento de capitais é um outro item sugerido pelo estudante José Luis Campos Ferreira, de 20 anos, que afirma que Portugal recebeu um maior fluxo de capitais, principalmente oriundos da Comunidade Europeia. Os professores António Manuel, de 39 anos e a professora Maria das Dores, de 31 anos, recordam o fator modernização, lembrando que antes Portugal era um Estado com um grande atraso tecnológico, diante principalmente dos outros países da Europa Ocidental.

Essas respostas vêm de encontro ao que trabalhamos em relação a Portugal neste capítulo. E aproveitando a oportunidade e diante da visão positiva dos anos pós-1986, perguntamos sobre as perspectivas do futuro econômico de Portugal. As respostas foram todas positivas. Todos acreditam no crescimento, mas sempre apontando caminhos diferentes. Dentre esses caminhos estaria um maior investimento na modernização das empresas, a capacitação de seus funcionários, uma maior atuação do Estado no sentido de incentivar tal aprimoramento, a verdadeira especialização, para que as empresas portuguesas possam entrar no mercado internacional com mais poder competitivo e com diferenciais. Trata-se, como muitos acreditam, de planos de médio a longo prazos, visto que tais mudanças são fruto de grandes e bem intencionados investimentos.

## **CAPÍTULO 2**

### **RELAÇÕES BILATERAIS**

Na Sessão de Economia do Congresso Brasil-Portugal, no ano 2000, foi lembrada por um dos congressistas uma crônica que ele havia lido em Lisboa quatro anos antes, na oportunidade da visita do então Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso a Portugal. Assim dizia o cronista do jornal no artigo citado:

“(...) chegou o presidente do Brasil; preparemo-nos para uma semana de abraços, emoções, algum choro, formidáveis almoços e jantares, discursos comovidos sobre raízes comuns, identificação de parentes, amigos e conhecidos dos dois lados, visita dos Jerônimos, à Torre de Belém, mais jantares e, dois dias após despedidas, tudo voltando ao normal, nada de concreto restando e Portugal e Brasil, lentamente, cada vez um pouco mais distantes”.<sup>36</sup>

Segundo o mesmo cronista, no desenrolar da matéria, o Brasil estaria, naquela oportunidade, por demais absorvido em seu papel sul-americano. Suas preocupações maiores voltariam à interação entre esse e a presença sempre influente – muitas vezes incômoda e problemática, ainda que necessária e importante – dos Estados Unidos. Além disso, estaria também ocupado a assegurar o difícil equilíbrio de sua posição de *global trader* de médio porte no cenário internacional, arena em que o papel de Portugal seria nulo. Dessa forma, o lento dis-

---

<sup>36</sup> Ibidem.

tanciamento apontado pelo cronista seria nada mais do que o fruto de dois processos divergentes, sem maiores cogitações sentimentais.

O congressista afirma então, que isso não significa necessariamente que o Brasil não possa também voltar os olhos para Portugal. Vive-se a globalização, a liberalização, e diz ele: “sob a lógica do interesse econômico, assim como não convém ao Brasil um Portugal antiquado e desprovido de protagonismo no cenário europeu, não interessa a Portugal um Brasil insustentável, isolado de seus irmãos sul-americanos e minguando no cenário mundial. O argumento das vocações futuras divergentes parece pois uma falácia; a cada um dos parceiros interessa justamente, antes de mais nada, o sucesso do outro em seu espaço natural e primeiro de ação. Só com as duas economias fortes e bem estabelecidas, será possível desenvolver um (quicá novo) quadro de relações futuras.”<sup>37</sup>

Portugal é o único dos países da União Européia que possui um laço cultural e histórico, de desdobramentos pacíficos, com uma grande economia emergente, o Brasil. São as relações bilaterais, tanto no aspecto econômico, e mais restritamente no político, que serão tratados adiante, perpassando o período proposto no trabalho, de 1986 a 2006.

## **2.1 RELAÇÕES ECONÔMICAS**

Brasil e Portugal estiveram até 200 anos atrás uma relação monopolista de comércio. A chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808 e a abertura oficial dos portos da colônia às nações amigas, foi o marco final deste mercado. O Brasil é considerado hoje um *global trader*, com uma pauta de comércio diversificada e com relações comerciais com vários blocos econômicos e países. Já Portugal vive o contexto de integração efetiva a União Européia. No entanto, não deixa de ter como um grande parceiro comercial a sua ex-colônia americana.

Até fins da década de 1980 assistiu-se a uma relação econômica de declínio e marasmo entre as duas economias. Somente a partir dos anos 90 nasceu um movimento significativo e generalizado nessa relação, algo de certa forma até surpreendente e inesperado para alguns, mas que para outros é fruto do processo de internacionalização, globalização e liberalismo

---

<sup>37</sup> Ibidem.

promovidos nos dois países, primeiro em Portugal, depois no Brasil.<sup>38</sup> Pode-se até dizer que, independentemente de futuras oscilações, os fatos e tendências registrados indicam o começo de um novo ciclo no relacionamento bilateral.

Podemos dividir as relações econômicas entre os dois países em dois campos. Os Investimentos Diretos Externos e a troca de mercadorias. Começaremos pelos investimentos.

### **2.1.1 INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS**

Na década de 1980, o Investimento Direto Externo entre os dois países tinha como fluxo Brasil-Portugal, visto o desequilíbrio econômico registrado no Brasil e a oportunidade de investimento em Portugal com a sua adesão a Comunidade Européia. Não se tratava de um processo de internacionalização, mas de qualquer forma foi um fator importante no processo de modernização na parceria luso-brasileira. Entre 1986 a 1996, o Brasil obteve um saldo de 284,4 milhões de euros. No período posterior, até 2001, o saldo aumentou para 440,7 milhões de euros. No entanto, registra-se um ano atípico, 1999, quando o saldo foi extremamente positivo para Portugal, atingindo 140,2 milhões euros, apresentando o início de um movimento oposto.

O Banco de Portugal registrou, segundo Joaquim Silva, entre 1986 e 2001, um Investimento Direto Brasil-Portugal (IDBP) de 1,304 bilhões de euros. Já o Investimento Direto Portugal-Brasil (IDPB) no mesmo período foi de 579 milhões de euros. É oportuno assinalar que se tratava se uma situação de caráter geral e que o próprio IDE português no exterior (IDPE) só começou a ter alguma expressão, a partir do início dos anos 90. Tal investimento não era uma prática, tanto que em 1986 o IDPE não passava de 0,07% do PIB português, em 1991 foi para 0,7%, aumentando somente e significativamente em 1998, 3,6%. O fim do período do contracheque petrolífero e a adesão a Comunidade Européia criaram condições para a formação de excedentes de capitais e, conseqüentemente, para a sua aplicação no exterior pelas empresas portuguesas.

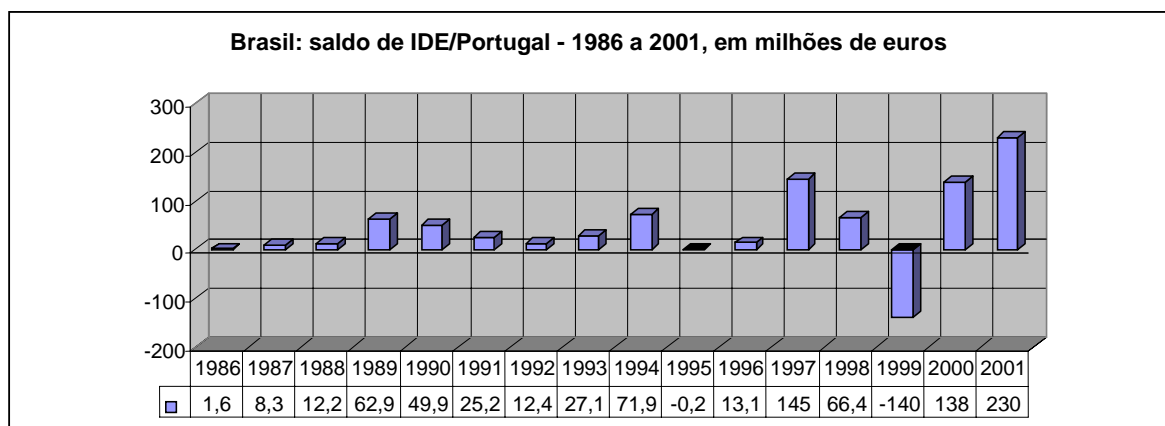
Pelo quadro abaixo podemos visualizar o saldo de investimentos entre Brasil e Portugal, entre os anos de 1986 a 2001.

---

<sup>38</sup> SILVA, Joaquim Ramos, 2002.



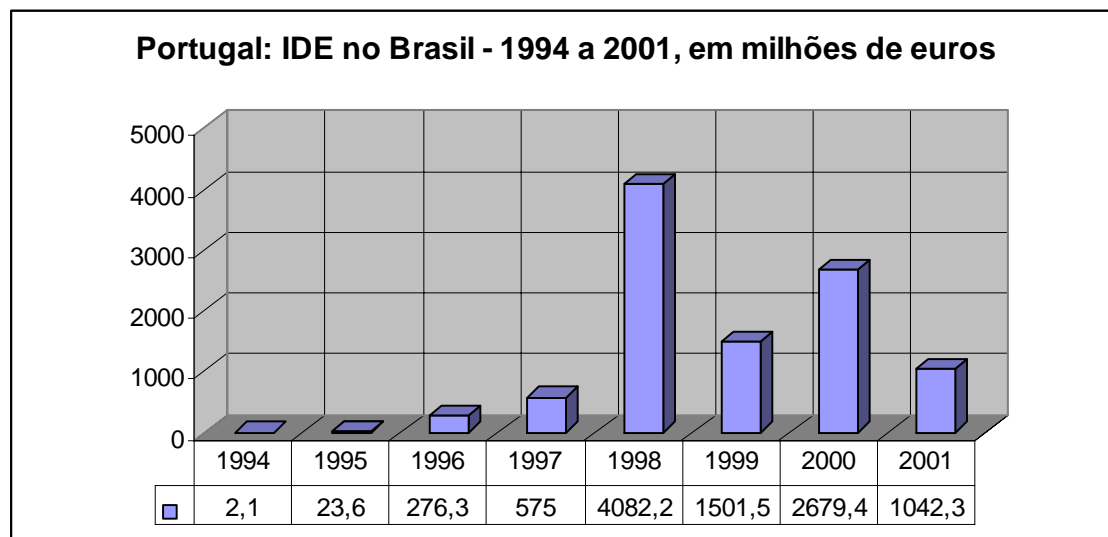
Quadro 10



Fonte: Banco de Portugal

O fluxo inexpressivo de capitais de investimento de Portugal para o Brasil, desde a década de 1980, tornou-se diferente a partir de 1997, quando assistíamos as privatizações das estatais brasileiras e Portugal contava com uma moeda forte, o euro. Números que podem ser visualizados no próximo quadro.

Quadro 11



Fonte: Banco de Portugal

Somente, afirmam os autores, a partir de 1995 despertou-se em Portugal um movimento no sentido de se investir no Brasil. Entre 1994 a 2001 foram investidos 10,182 bilhões de

euros, tornando o Brasil, de longe, o seu principal destino e colocando Portugal como o quinto maior investidor, entre os países, no Brasil. Um ponto alto em todo o processo foi a aquisição da Telesp Celular pela Portugal Telecom (PT), em 29 de julho de 1998, estabelecendo um elo fundamental entre as duas economias no setor chave das telecomunicações.<sup>39</sup>

No período compreendido pelas privatizações, as empresas portuguesas investiram 4,8 bilhões de dólares, entre os anos de 1991 a 2001, de acordo com dados do Banco Central do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Vale ressaltar que esse movimento de capitais não foi atípico. Um dos casos mais interessantes desta mudança mostra que, para além de receberem mais IDE, os dois países passaram também a investir mais no estrangeiro, uma dimensão de importância crescente nos novos contextos internacionais. Assim, entre 1990 a 2001, o stock de IDE português no exterior foi multiplicado por mais de 49 vezes (passando de 504 milhões para 24,8 bilhões de dólares), enquanto que o Brasil multiplicou por 4,6 (passando de 2,4 bilhões para 11 bilhões de dólares). Através desta maior e mais profunda ligação à economia mundial, podemos considerar que os instrumentos de ação externa ao dispor dos dois países aumentaram e assumiram formas mais variadas e com maior dimensão estratégica, o que permite, pelo menos teoricamente, um aproveitamento mais frutuoso da internacionalização.<sup>40</sup>

Em 1994 os investimentos portugueses no Brasil não significavam nem 1% de todo o investimento direto, já em 1995 atingia 3,5%, subindo em 1997 para 29,1%, passando Portugal a ser o sexto maior investidor estrangeiro no Brasil. A nova ofensiva de investimento português no Brasil firmou-se solidamente a partir de 1996, com investimentos de empresas portuguesas na ordem de 240 milhões de dólares, ou seja, um terço de todo o investimento português no estrangeiro naquele ano. Em 1997, esse investimento atingiu o valor de 470 milhões de dólares e, em 1998, só o investimento da Portugal Telecom na privatização da Telebrás atingiu o valor de 4,2 bilhões de dólares. Portugal passou a ocupar, dessa forma, o lugar de terceiro maior investidor estrangeiro nas privatizações brasileiras, atrás apenas dos Estados Unidos e da Espanha, como demonstra o quadro seguinte.<sup>41</sup>

## Quadro 12

---

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Ibidem.

<sup>41</sup> MAGALHÃES, José Calvet, 2003.

### Participação estrangeira nas privatizações das estatais brasileiras, 1991 a 2001

Nacionalidade	Bilhões de US\$	%
Estados Unidos	14	17
Espanha	12,6	15,4
<b>Portugal</b>	<b>4,8</b>	<b>5,9</b>
Itália	2,6	3,2
Chile	1	1,2
Outros países	47	57,3
Total	82,3	100

Fonte: Banco Central do Brasil e BNDES

O Brasil ocupava posição de destaque entre os maiores investidores estrangeiros na economia portuguesa, tendo passado, por exemplo, da sexta para a quinta colocação entre 1989 e 1990. Em termos percentuais, evoluiu de uma participação modesta de apenas 1% em 1986, para 6,5% em 1989, ano em que foi firmado e implementado o Convênio Interbancário de Investimentos Mútuos. Em 1990, apesar da expiração do Convênio, o valor nominal dos investimentos brasileiros continuou a crescer, muito embora a sua posição relativa no conjunto dos países investidores tenha sido deslocado para os 5,8%. Esta situação decorreu de um aumento substancial dos investimentos da França, da Espanha e, principalmente da Alemanha. Em 1990, segundo a tradição dos últimos anos, os investimentos estrangeiros em Portugal se destinaram basicamente aos setores financeiro (31%), comercial (37,8%) com destaque para o setor de imóveis e a indústria de transformação (23,5%).<sup>42</sup>

Os investimentos brasileiros em Portugal se distribuem entre os setores financeiro, comercial, petroquímico, imobiliário e infra-estrutura (obras-públicas). Com os inúmeros incentivos oferecidos pela economia portuguesa na fase de transição para o mercado único, muitas empresas brasileiras começaram a passar do investimento especulativo para o produtivo. Em dezembro de 1989, foi criado em Lisboa o Clube dos Empresários do Brasil, que congrega uma centena de empresas e desenvolve atividades em defesa de seus interesses. Naquele mesmo ano figuraram na lista dos maiores investidores brasileiros o Banco do Brasil, o Grupo Pão

---

<sup>42</sup> Luso-Brasilidades nos 500 anos, 2000.

de Açúcar, a Andrade Gutierrez (Zagope), a Noberto Odebrecht (Bento Pedroso), a Proguisel, o Mappin, a CBPO e a Vilares. Em 1990, destacaram-se também o Itaú, a Montreal, a Fábio de Albuquerque e o Grupo Monteiro Aranha, dentre outros.

Entende-se portanto, que o processo de investimentos entre o Brasil e Portugal possui dois períodos distintos. O primeiro, que corresponde à década de 1980 até meados da década de 1990 quando assistimos ao investimento positivo no sentido Brasil-Portugal, e o segundo período em que encontramos o incentivo de investimento de Portugal no Brasil, dentro do cenário das privatizações e da inércia dos frutos dos investimentos iniciais.

O autor português, Tito Ferreira de Carvalho possui um trabalho de análise dos investimentos diretos entre Portugal e Brasil, que vem a esclarecer melhor alguns aspectos desse cenário. O autor inicia o trabalho afirmando que não há um fluxo constante de investimentos do Brasil para Portugal, mas sim anos representativos. Entre os anos de 1988-92 os investimentos brasileiros em Portugal representavam apenas 3,3% do total. No ano de 1997 assiste-se uma aceleração, o índice alcança os 5,7%, mas cai vertiginosamente em 1998, para míseros 0,9%, denotando segundo ele “uma falta de interesse dos investidores brasileiros pelo nosso país”. Dados recentes são apresentados, mas demonstram que o IDBP não é uma tendência, visto que entre os anos de 2001, 2002 e 2003, os índices ficam na casa dos 1,64%, 2,73% e 2,38%, respectivamente. Os principais destinos dos investimentos brasileiros são ainda paraísos fiscais, como as Ilhas Cayman, seguida pelos Estados Unidos, e mais recentemente os países membros do Mercosul. No entanto, apesar dessa aparente informação negativa, Portugal é, entre os países europeus, o maior receptor de investimentos das empresas brasileiras, que segundo uma pesquisa feita pelo Ministério da Economia de Portugal tem como fatores de atração quatro pontos principais, assim enumerados:

- língua e cultura;
- estabilidade econômica e social;
- perspectiva de evolução da economia;
- localização na Europa e integração na União Européia, constituindo assim uma porta de entrada em um mercado mais amplo.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> [www.portugaldigital.com.br](http://www.portugaldigital.com.br)

Os investimentos portugueses vivem um segundo momento após o ano de 2001, quando já é possível repensar as estratégias e os modos e atuação em um mercado difícil, como é o brasileiro. Algumas empresas já são conhecidas dos brasileiros, a exemplo temos a Logoplaste, o Grupo Cintra, Vila Galé e Vivo, uma *join-venture* da Portugal Telecom e da Telefônica Mviles, que ingressou no mercado brasileiro das telecomunicações em 1998, e já passa por reformulações.

Há, segundo os economistas que participaram do Congresso Brasil-Portugal, no ano 2000, uma assimetria entre os investimentos portugueses no Brasil e os investimentos brasileiros em Portugal. Este, como vimos é bem menos significativo. Isso ocorre, de acordo com eles, porque o Brasil é um mercado econômico de grande dimensão, mas que tem estado, historicamente, muito virado para dentro. Acontece que, neste momento, as oportunidades de investimento no Brasil são particularmente interessantes. São-no certamente para os empresários brasileiros, mas também em muitos casos, e sobretudo se não houver uma política ativa de discriminação, também para os estrangeiros. Os portugueses, com a sua identidade lingüística e proximidade cultural, estão em posição particularmente boa para aproveitar essas oportunidades. E, neste momento, em Portugal, não há as mesmas oportunidades de investimento, o que explica o relativo maior interesse dos portugueses no Brasil do que o dos brasileiros em Portugal.

Essas oportunidades de investimento no Brasil têm haver com a existência de mercados que, historicamente, foram funcionando de uma forma um pouco concorrencial, com proteções para os instalados, o que permitiu a acumulação de distorções econômicas mais ou menos substanciais. Os movimentos de crescente abertura ao exterior, de liberalização e de privatização permitem a entrada, *ex novo* ou por aquisição, de novas empresas capazes de aproveitar as grandes margens que resultam da relativa ineficiência desses mercados. Estas oportunidades estão à disposição e podem ser aproveitadas, quer por empresários brasileiros, quer por empresários portugueses, ou outros. Em alguns casos, por exemplo, quando o conhecimento detalhado dos meandros do funcionamento do mercado local tenha uma importância determinante, os empresários brasileiros terão uma natural vantagem comparativa. Mas noutros, por exemplo quando a necessidade de importação de uma tecnologia nova esteja associada ao projeto, pode acontecer que um investidor estrangeiro tenha uma vantagem, ou pelo menos seja crucial a sua participação em parceria. O interesse no mercado brasileiro, para além do que resulta do apro-

veitamento destas ineficiências estáticas, é aumentado pelo fato de a economia brasileira ter reconhecidamente um elevado potencial de crescimento no longo prazo.

Em Portugal, este movimento de liberalização, privatização e abertura ao exterior, encontra-se em uma fase mais avançada. Os tipos de oportunidades que foram criados nesse processo começam gradualmente a fechar-se, à medida que se instala uma concorrência efetiva. Em alguns casos, mesmo apenas a simples existência de uma concorrência potencial, associada à liberdade de novas entradas em mercados antes protegidos, tem sido suficiente para conduzir à eliminação de muitas das distorções. Portugal já passou por esta fase, com alguns anos de antecedência, em relação ao Brasil. Uma transição semelhante teve efeitos semelhantes. As oportunidades de investimento que surgiram, num contexto de reformas estruturais dos mercados, foram significativas e, em certos setores houve uma alteração radical da estrutura de mercado. O setor financeiro é um bom exemplo desse fenômeno, que, aliás, ainda não terminou. Formaram-se novos grupos, quer através de entradas *ex novo*, quer através de aquisições, aproveitando as privatizações. Em muitos segmentos de mercado relevantes, as margens mantiveram-se altas durante um período de transição, em parte devido à presença de antigos “jogadores” ineficientes. Mas essas circunstâncias especialmente favoráveis estão desaparecendo, pois a concorrência aumentou significativamente. Embora o processo de restauração ainda esteja longe de estar terminado, já não parece concebível que novas entradas se façam, a não ser por aquisição.<sup>44</sup>

### **2.1.2 MERCADORIAS**

Portugal e Brasil possuem economias distintas, o primeiro destaca-se pela produção de manufaturas, já a nação americana está condicionada a produção e a extração maciça de produtos primários.

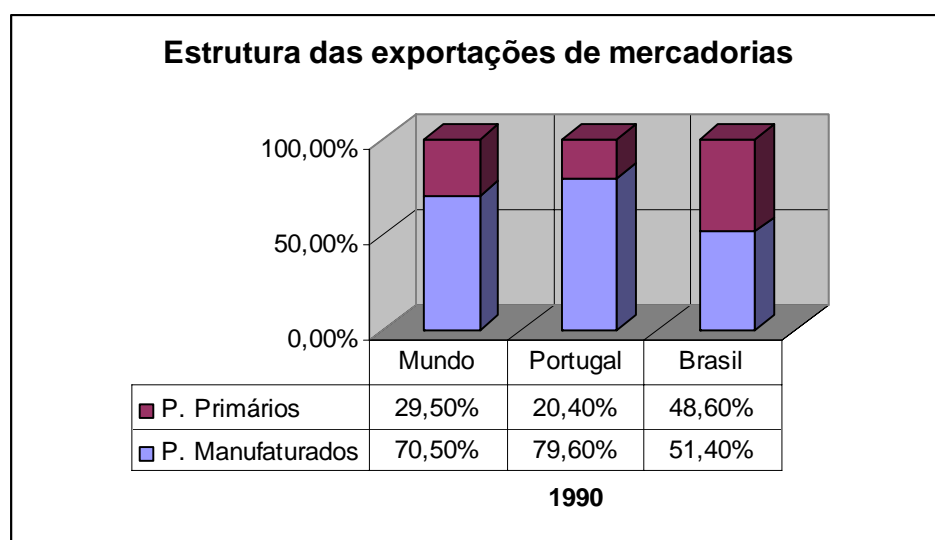
Nos dois quadros que apresentaremos a seguir, é possível perceber uma maior especialização da economia portuguesa com os produtos manufaturados, de 79,6% para 84,3%, nos anos de 1990 e 2000. O Brasil tende para o mesmo caminho, mas ainda com uma presença

---

<sup>44</sup> ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & ROMÃO, António, 2000.

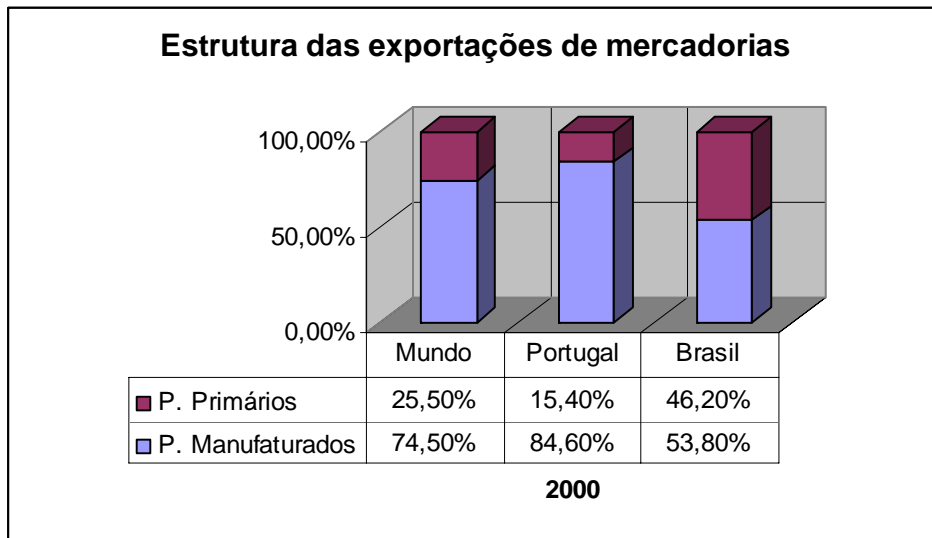
muito forte dos produtos primários em sua pauta de comércio. Em 1990 os produtos primários representavam 48,6%, reduzindo para 42,3% em 2000, como mostram os quadros abaixo, que inclusive fazem um comparativo com a tendência mundial, demonstrando que Brasil e Portugal vivem o contexto global de especialização em produtos manufaturados, mas estando Portugal no grupo dos países mais especializados em manufaturas, enquanto o Brasil paira ainda entre os países especializados em produtos primários.

Quadro 13



Fonte: OMC

Quadro 14



Fonte: OMC

Ambos os países são caracterizados como tendo uma especialização em produtos tecnologicamente *Standard*, sem nem mesmo chegar ao nível intermediário. Este baixo padrão na exportação de produtos manufaturados de média e alta tecnologia segue no mesmo sentido do peso dos fatores naturais ou pouco qualificados, reclamando uma melhor e mais cuidada articulação com as políticas de competitividade, ainda que o Brasil tenha neste plano algum avanço sobre Portugal, pelo menos em alguns setores, como o da aeronáutica (Embraer). Este fato não surpreende, na medida em que tem vindo a ser implementada uma estratégia brasileira de desenvolvimento tecnológico. Apesar de não ter conseguido, a este nível, obter competitividade em largos setores da indústria, e de esta estratégia ter sem dúvida pontos vulneráveis à crítica, o Brasil caracterizou-se por, entre outros países em vias de desenvolvimento, ter uma das políticas públicas tecnológicas mais ativas.<sup>45</sup>

Há uma deficiência nos dois países quanto a estrutura para competição no mercado internacional, apesar de uma leve melhora, não foi ainda suficiente para resolver os problemas centrais que enfrentam no curso do seu desenvolvimento – sobretudo de lógica da periferia e de ausência de um salto qualitativo nítido e sustentando para uma economia desenvolvida e madura, no caso português; e, ainda de subdesenvolvimento e de grandes desequilíbrios internos, quer regionais quer de rendimento, no caso brasileiro.

<sup>45</sup> SILVA, Joaquim Ramos, 2002.



Desde 1990, constata-se que Portugal foi excessivo nos serviços e deficitário no comércio de mercadorias, enquanto o Brasil desfrutou da posição inversa, embora também se tenha tornado deficitário no comércio de mercadorias a partir de 1995, voltando quase ao equilíbrio em 2000-01. Ainda que de uma forma embrionária, este padrão sugere já as características gerais da especialização das duas economias. Portugal tem uma vantagem clara nos serviços, tanto em relação ao mundo quanto à União Européia, ao passo que o Brasil tem uma vantagem significativa nas trocas de bens, quer em relação à média mundial quer latino-americana.

Como vimos, entre os anos 1990 a 2000, Portugal surge com vantagem nos produtos manufaturados, posição que é ainda reforçada. Quanto ao Brasil, se tornarmos como referência as médias mundiais, verificamos que a sua vantagem relativa se situa nos produtos primários, cuja parte se situa muito acima do correspondente mundial. Contudo, os produtos manufaturados que tinham apenas uma ligeira vantagem em 1990, viram a sua posição reforçada em 2000, atingindo 53,8% do total das exportações das mercadorias.

Nesta mesma década de 1990, assistiu-se uma progressão sensível do Brasil como parceiro comercial de Portugal, sobretudo como destino das exportações portuguesas. No comércio total, ele passou, entre os clientes, de 23º em 1990 para 14º em 1998 e, entre os mesmos anos, de 12º para 11º como fornecedor. No que se respeita ao comércio extra-comunitário total, o Brasil era, em 1998, o 4º parceiro em termos de destino e o 3º em termos de origem das mercadorias, posição bastante mais avançada do que no início da década (respectivamente, 10º e 5º, em 1990). Ainda no nível económico extra-comunitário total, o Brasil ultrapassou em 1997 e 1998, a Suíça e a Angola, ocupando o terceiro lugar como parceiro comercial (soma das importações e exportações), atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão. O contraste entre a evolução do Brasil e do Japão enquanto parceiros comerciais de Portugal avançaram rapidamente: em 1992, o comércio com o Brasil representava apenas 37% do comércio com o Japão, passando a 68% em 1998 e a 85% em 2001. O Brasil tornou-se assim, sem margem de dúvidas, um importante parceiro comercial de Portugal, sobretudo no nível extra-comunitário.

Em 1995, um ano representativo do novo curso, o mercado português de produtos brasileiros foi o oitavo dentro da Comunidade, logo após as cinco grandes economias (Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Espanha), os Países Baixos e a Bélgica, posição que manteve em

1998 e 2000. Essa oitava colocação significa bem mais, já que o Brasil estaria assim como o primeiro colocado entre os países extra-bloco.

Na seqüência de toda a evolução, há de se reconhecer que o comércio luso-brasileiro de mercadorias permanece ainda modesto em termos quantitativos, no entanto, ele adquiriu uma maior dimensão e, mais importante ainda, conheceu uma dinâmica de crescimento sustentado, sobretudo no período de 1992 a 1998. Este processo foi acompanhado pelo aumento dos laços econômicos e financeiros (que, em geral, cresceram a um ritmo muito superior ao do próprio comércio de mercadorias).<sup>46</sup>

Cerca de 85% do comércio português era, em 2000, com a União Européia. Restam 15%, onde o Brasil se encaixa. É nesta parcela residual, onde se inclui o comércio com o Brasil que se concentram, para além das taxas, os tradicionais obstáculos físicos e burocráticos decorrentes da existência de barreiras aduaneiras. O comércio luso-brasileiro, diferente de outros, não está sustentado por nenhum acordo formal preferencial. Ele é fruto de uma evolução espontânea do mercado e das empresas. A explicação para esse movimento: a abertura simultânea das duas economias (conjugadas com um movimento semelhante à escala internacional) e a sua maior ligação aos espaços regionais em que se inserem, é de molde a favorecer o desenvolvimento dos seus próprios laços comerciais (de investimentos, etc); podendo mesmo o processo continuar desde que aquelas premissas básicas se mantenham.

Ainda mais significativo, diz respeito ao setor têxtil e vestuário. Com efeito, embora este tipo de produto não se encontre entre os “dez primeiros” de 2001, alguns como: roupas de uso masculino, e tecidos de algodão ganharam nítida importância na pauta exportadora ao longo da década de 90. Uma maior agregação destes produtos evidencia um salto a frente do conjunto da exportação de têxteis e vestuário para o Brasil que passou de 1% do total em 1990 para 5,3% em 1998 e 2001, crescendo portanto a taxas elevadas, pelo menos na fase mais intensa da recuperação geral das exportações portuguesas. Esta evolução deveu-se, por um lado, à vantagem portuguesa no setor e, por outro, à liberalização comercial brasileira, revelando o desenvolvimento de relações comerciais em novas áreas antes insignificantes devido a barreiras de diversa ordem.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Ibidem.

A exportação de mercadorias para o Brasil desde 1990 foi caracterizada por um duplo movimento de crescimento e diversificação, acompanhado simultaneamente por uma melhoria da sua composição.

Há um grau de articulação entre as importações e exportações dos dois países, tratando-se de uma parceria efetiva, mais espontânea do que programada, na cadeia de criação de valor. Em particular, isso apresenta-se nos seguintes itens: peles e couros, madeiras, sisal e algodão, e seus derivados, competitivo como o calçado, o agro-florestal, as cordas e sacos e os têxtil e vestuário.

Pela seqüência de quadros a seguir, podemos identificar os dez principais produtos exportados por Portugal para o Brasil, entre os anos de 1990 a 2001. Já no outro quadro, damos atenção aos quatro principais produtos da pauta, neste mesmo período. Veja:

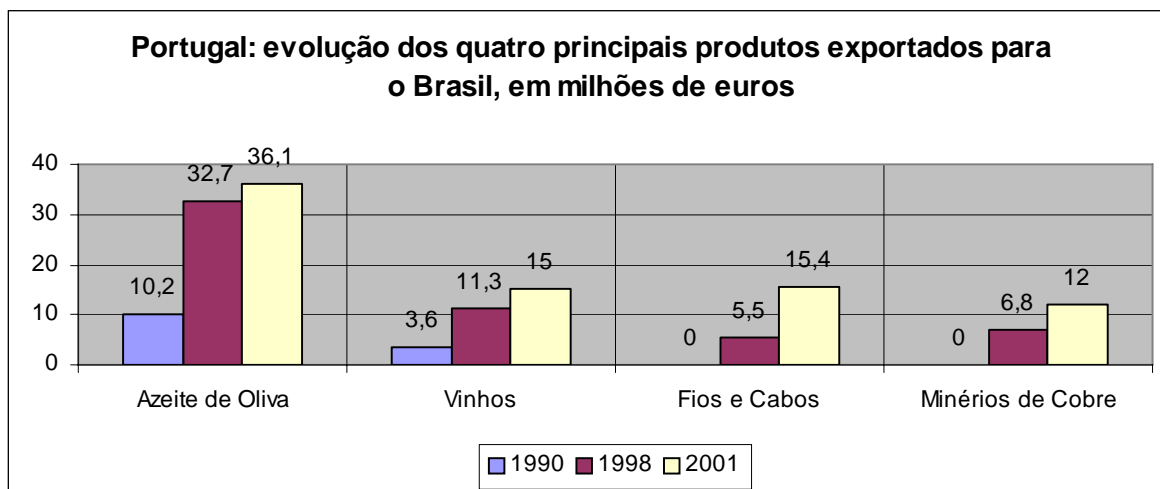
Quadro 15

**Portugal: as dez principais mercadorias exportadas para o Brasil, em %**

	<b>1990</b>		<b>1998</b>		<b>2001</b>
Azeite de Oliva	31,18	Azeite de Oliva	16,31	Azeite de Oliva	16,06
Vinhos	11,05	Caixas de fundição	9,73	Fios e cabos	6,88
Livros	9,11	Vinhos	5,64	Vinhos	6,68
Jornais e publicações	5,17	Minérios de Cobre	3,39	Minérios de Cobre	5,37
Caixas de fundição	4,48	Dispositivos elétricos	3,01	Comércio confidencial	4,20
Frutas de casca	3,67	Fios e cabos	2,75	Peixes	3,99
Hortícolas	3,42	Peças de motores	2,37	Caixas de fundição	3,58
Discos e fitas	3,32	Jornais e publicações	2,06	Dispositivos elétricos	3,56
Adubos e fertilizantes	3,16	Livros	1,95	Polímeros de Carbono	2,20
Maçãs, pêras e marmelos	2,06	Polímeros de Carbono	1,94	Aparelhos mecânicos	2,15
<b>Total parcial</b>	<b>76,62</b>	<b>Total parcial</b>	<b>49,15</b>	<b>Total parcial</b>	<b>54,67</b>

*Fonte: ICEP e INE (Adaptado)*

Quadro 16



Fonte: ICEP e INE (Adaptado)

Pelo quadro 15, que apresenta os dez principais produtos de exportação portuguesa para o Brasil, nota-se que na década de 90 o “carro chefe” entre os produtos, em valores monetários, era o azeite de oliva, que apesar de uma queda significativa na participação – 31,18% em 1990 e 16,06% em 2001 – manteve-se a frente dos vinhos, que possuem também grande prestígio internacional. Trata-se de dois produtos tradicionais, considerados manufaturados, mas com baixo uso de tecnologia, de beneficiamento. A surpresa negativa ficou por conta dos livros, jornais e revistas que despencaram na pauta e que nem chegam a constar entre os dez primeiros em 2001, fator que colabora com a tese do eterno desencontro dos responsáveis pela indústria editorial dos dois países.

A surpresa positiva fica por conta dos fios e cabos, que no ano de 1990 não estavam entre os produtos exportados, em 1998 ficaram na sexta colocação e em 2001 ficaram na segunda colocação. Evolução semelhante apresentam os minérios de cobre.

Vale destacar pelos gráficos que houve uma maior diversificação dos produtos, visto que em 1990 os dez primeiros somavam 76,62% dos produtos exportados, caindo para 49,15% em 1998 e tendo uma leve recuperação em 2001, representando 54,67%.

No quadro 16, destacamos somente os quatro principais produtos exportados por Portugal para o Brasil entre os anos de 1990 a 2001. Nota-se algumas situações curiosas, como o do azeite de oliva, que apesar de ter a sua participação proporcional na pauta de exportações reduzida quase que pela metade, viu a sua participação, em termos de valor agregado, multiplicado por mais de três vezes. Os vinhos que também sofreram queda na participação propor-

cional, viram seu valor multiplicado por mais de quatro vezes no período. Fios e cabos, e os minérios de cobre acompanharam a tendência de crescimento, tanto proporcional como monetário, valendo ainda a lembrança que eles nem constavam entre os dez produtos da pauta de exportação portuguesa no ano de 1990.<sup>48</sup>

Tito Ferreira Carvalho analisa o comércio de produtos exportados por Portugal para o Brasil entre os anos de 2003 e 2004. Os produtos agro-alimentares, como o azeite, bacalhau e vinho representavam em 2003, 42,2%, caindo para 41,1% em 2004. As máquinas foram responsáveis por 13,4% das exportações em 2003, e 11,8% em 2004. Minérios e metais, com destaque para o minério de cobre, estiveram em patamares parecidos aos das máquinas com 13,4% em 2004, por exemplo. Produtos petroquímicos e farmacêuticos representaram 10,4% em 2003 e 2004. Produtos “acabados” diversos, representaram 9,4%, em 2003 e 8,7%, em 2004, e por fim, os energéticos, designados refinados do petróleo, com 8,5% em 2003 e 2004.<sup>49</sup>

Dados mais recentes, dos dois últimos anos (2005 e 2006), fornecidos pela Secretaria de Comércio Exterior do Brasil confirmam a tendência do final da década de 1990 e início da de 2000. Vale destacar que os números a seguir apresentados, estão cotados em dólares norte-americanos, e não em euros como no quadro 16.

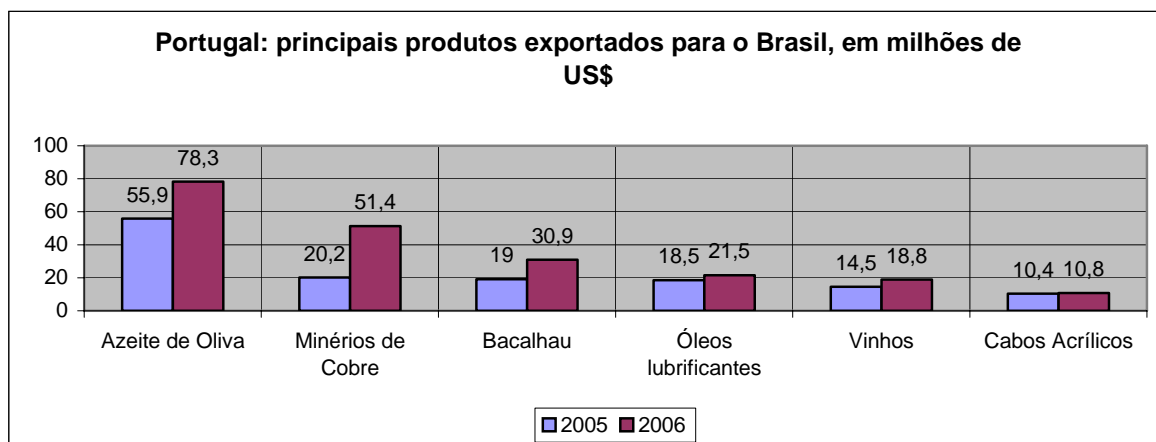
O azeite de oliva continua a frente, rendendo em 2006, 78,3 milhões de dólares aos produtores portugueses, a participação dos minérios de cobre subiu, alcançando a cifra de 51,4 milhões, seguido pelo bacalhau, que se posicionava em um modesto sexto lugar em 2001. Os vinhos aparecem na quinta colocação. Os fios e cabos perderam espaço, caindo da segunda para a sexta colocação. Vide quadro:

#### Quadro 17

---

<sup>48</sup> O fato dos fios e cabos e também dos minérios de cobre estarem com o valor nulo no ano de 1990, não significa necessariamente que esses produtos não constavam necessariamente na pauta de comércio portuguesa. Infelizmente não foi possível averiguar a relação completa dos produtos exportados de Portugal para o Brasil no período anterior a 2005.

<sup>49</sup> [www.portugaldigital.com.br](http://www.portugaldigital.com.br)



Fonte: SECEX

Agora, é a vez de conhecer o comércio de exportação brasileiro para Portugal. Da mesma forma, apresentamos primeiramente um quadro, contendo os dez principais produtos brasileiros exportados e em seguida um outro, contendo a evolução dos quatro principais produtos da pauta de exportação.

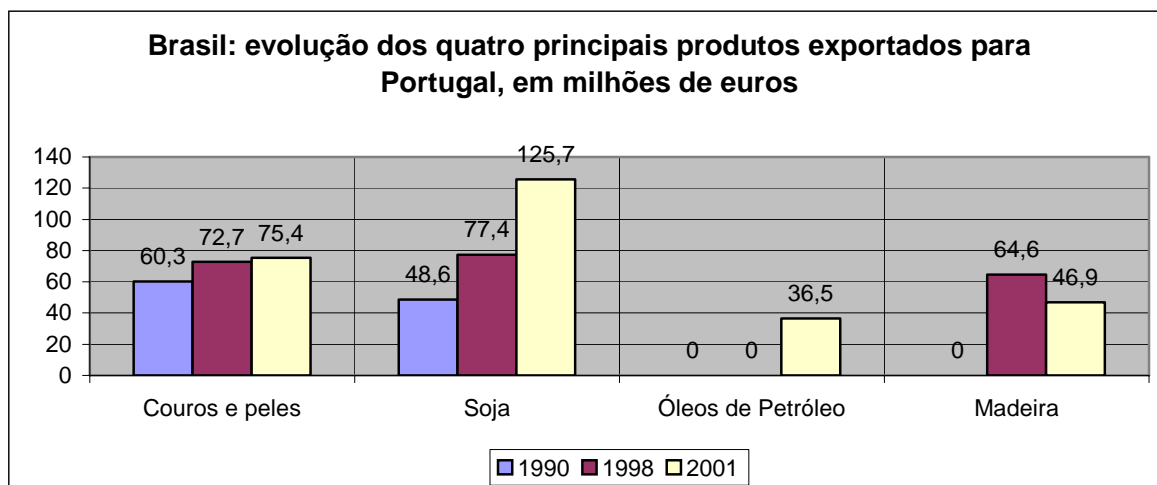
Quadro 18

**Brasil: as dez principais mercadorias exportadas para Portugal, em %**

1990		1998		2001	
Couros e peles	21,60	Couros e peles	15,60	Soja (total)	22,60
Soja	12,25	Soja	10,70	Couros e peles	13,56
Bagaço de soja	5,14	Madeira bruta	10,02	Óleos de Petróleo	6,57
Fios de algodão	5,14	Automóveis	6,79	Madeira serrada	5,26
Açúcar	5,09	Veículos aéreos	6,28	Partes de motores	3,36
Fibras Sintética	4,22	Bagaço de soja	5,90	Madeira bruta	3,19
Alumínio	4,01	Madeira serrada	3,85	Fios de algodão	2,68
Materiais Vegetais	3,14	Café	3,74	Açúcar	2,47
Sisal e fibras têxteis	2,84	Chapas de Ferro	2,38	Algodão	2,22
Bulldozers, escavadoras	2,30	Sisal e fibras têxteis	1,88	Café	1,85
<b>Total parcial</b>	<b>65,73</b>	<b>Total parcial</b>	<b>67,14</b>	<b>Total parcial</b>	<b>63,76</b>

Fonte: ICEP e INE (Adaptado)

Quadro 19



Fonte: SECEX

Dentre a pauta de exportação brasileira confirma-se através do quadro dos dez principais produtos exportados para Portugal entre os anos de 1990 a 2001, a primarização da sua economia, exceto em produtos como automóveis e aeronaves que aparecem no ano de 1998 na quarta e quinta colocação respectivamente. Tito Ferreira de Carvalho afirma, que no ano de 1997, as aeronaves e seus produtos de reposição representaram 15,7% dos produtos exportados pelo Brasil para Portugal, e em 1998 registrou 7,1%. Os veículos automotivos registraram em 1998 e 1999, 8,5% e 11,2% das exportações, mas de qualquer forma, acredita o autor, foram anos atípicos para esses setores e que não tiveram seqüência, como demonstra os dados do quadro 18, onde tais produtos nem aparecem na pauta dos dez primeiros em 2000. Outros produtos são em quase sua totalidade produtos agrícolas e de extração mineral e vegetal. Couros e peles, soja, madeiras, açúcar, café e óleos de petróleo confirmam tal tendência.

Os dez principais produtos de exportação representavam entre 63,7% e 67,1% dos produtos exportados, creditando-se a idéia de que há verdadeiramente uma pauta vasta de produtos exportados, tal como Portugal. Couros e peles assumiam a dianteira entre os produtos exportados até o ano de 1998, seguido de perto pela soja, que os ultrapassa em 2000, representando mais de 22% da pauta proporcional. Vale destacar que a soja é no quadro 18, discriminada nos anos de 1990 e 1998, somente no ano de 2001, ela aparece em sua totalidade, incluindo a soja em grãos e como bagaço. Portanto, somando-se os valores da soja (grãos e bagaço) nos anos de 1990 e 1998 percebe-se que ela seguia de perto o índice de couros e peles, chegando a ultrapassar por exatos 1% em 1998.

No quadro evolutivo, dos quatro principais produtos, onde se pauta pelo valor agregado, vale destacar dois produtos: o petróleo e a soja. Esta, como já referimos assumiu, na década de 1990 o posto de maior representante da cadeia de exportação. Seus números seguem a mesma tendência, crescendo mais de duas vezes e meia entre 1990 e 2001, 48,6 para 125,7 milhões de euros. O petróleo surpreende porque nem aparecia entre os dez principais produtos exportados nos anos de 1990 e 1998, e em 2001 encontrava-se na quarta colocação, com 36,5 milhões de euros.<sup>50</sup>

Tito Ferreira de Carvalho nos trás informações relativas ao comércio luso-brasileiro nos anos de 2002 a 2004. Segundo o autor, o comércio com o Brasil representou para Portugal 7,1% de suas importações com países extra-bloco e 2,2% de suas exportações no ano de 2003, elevando-se esses números a casa de 8,4% e 2,7% respectivamente, no ano de 2004. Em 2004 garantia ainda a disputa pelo mercado português, ocupando a 9ª posição, atrás apenas dos países do bloco europeu e rivalizando com os Estados Unidos e o Japão. Já como cliente, o Brasil se estabiliza em um posto mais baixo, ocupando a 16ª posição, em 1999, a 15ª, em 2000, caindo ainda mais nos anos de 2003 e 2004, sendo o 22º e 19º, respectivamente.

No anos de 2003 e 2004, estiveram presentes na pauta de exportações brasileiras para Portugal, segundo Tito de Carvalho, os produtos agro-alimentares – tais como soja, bagaço de soja, frutas, milho, resíduos de indústrias alimentares, carnes, açúcar, café e tabaco – com 32,4% do total em 2003, e 34,8%, em 2004. Os energéticos vêm em seguida, já em larga escala, essencialmente o petróleo bruto, com 24,5%, em 2003 e 22,6% em 2004. Peles, couros, madeiras e publicações estão bem menos representativos do que eram na década de 1990, registrando 14,9%, em 2003, e 12,4%, em 2004. Têxteis, vestuário e calçado estavam com 7,5% de participação em 2003, e 5% em 2004, os motores registraram 4% em 2004. Os laminados planos de ferro/aço e fio-máquina, registraram 7,3% de participação em 2003, e 14% em 2004, e por fim os químicos, com 4%, em 2004.<sup>51</sup>

Vamos analisar agora os números mais recentes (2005 e 2006), fornecidos pela SECEX.

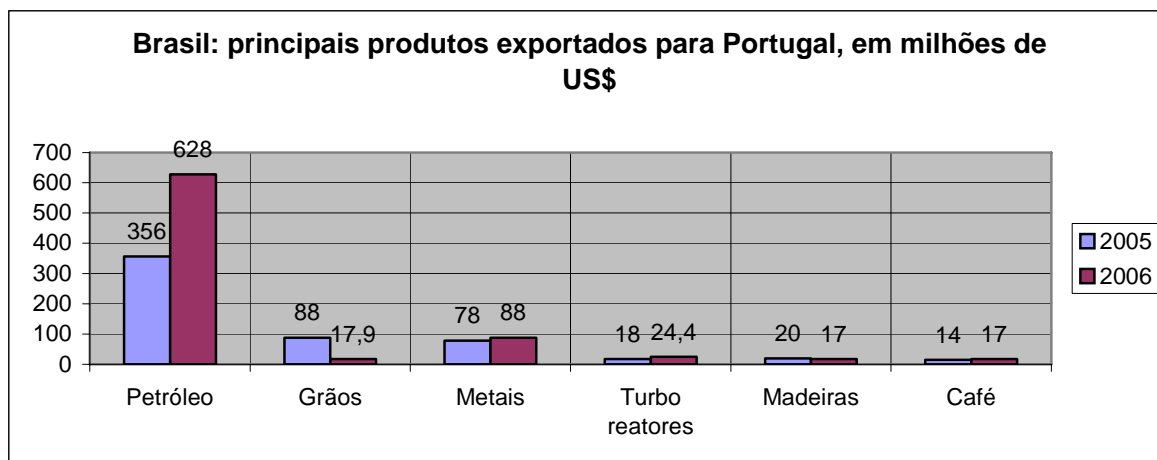
---

<sup>50</sup> O mesmo alerta feito em relação ao quadro 16 vale também para o quadro 19. Apesar da madeira estar com o valor nulo no ano de 1990 e os óleos de petróleo não constarem com números nos anos de 1990 e 1998, não significa necessariamente que tais produtos não eram comercializados do Brasil para Portugal.

<sup>51</sup> Idem.



Quadro 20



Fonte: SECEX

A partir desse quadro, é possível notar as variações ocorridas entre 2001 e 2005-2006. Vale destacar que o quadro anterior a este cota os produtos em euros, já este está em dólares americanos. Como há uma paridade próxima entre as duas moedas, não corremos o risco de cometer erros, apenas leves desvios de valores, mas que de forma alguma comprometem a análise.

O produto de maior destaque é sem dúvida o petróleo, que em 2006 alcançou a marca de 628 milhões de dólares, um número já significativo em relação a 2005, em 2001 quando contava com 36,5 milhões de euros, e mais ainda na década de 1990, quando nem constava entre os dez produtos mais exportados. A soja, que antes aparecia na primeira colocação perdeu, além de seu posto, uma grande fatia, já que correspondia em 2006 a apenas 17,9 milhões de dólares, bem abaixo dos 125 milhões de euros, de 2001. Os outros produtos, como café e madeira – de larga tradição na exportação – continuam dentro da variação dos últimos anos, perdendo somente lugar para os metais e os turbo-reatores.

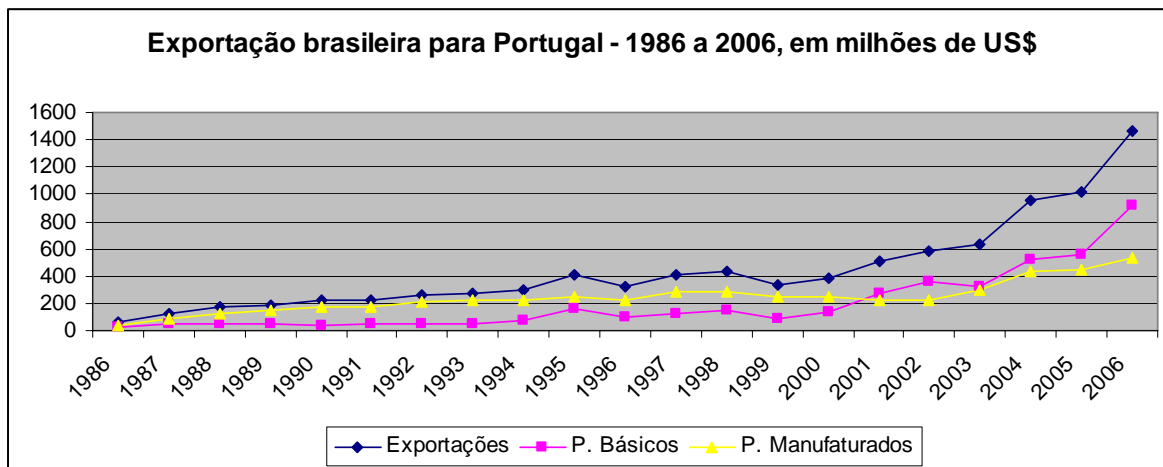
Comparado com os países da União Européia, em 1998, Portugal situa-se em 8º lugar como mercado de destino das exportações brasileiras, respondendo por 3% do total das vendas brasileiras para a União Européia. Como mercado de origem das importações brasileiras, em 1998, Portugal situou-se na 11ª posição entre os países da União Européia, com uma participação de apenas 1,3% no total das exportações do bloco para o Brasil.

No quadro 21, produzido com dados fornecidos pela SECEX, visualizamos o vertiginoso crescimento das exportações brasileiras para Portugal. No ano de 1986, os números eram

insignificantes, as exportações não passavam de 64,2 milhões de dólares, sendo 22,9 milhões de produtos básicos e 41,3 milhões de dólares de produtos manufaturados. O crescimento no entanto, é quase sempre constante, tendo apenas algumas variações entre os anos de 1995 a 2001. Nos quatro anos da década de 1980 (1986 a 1989), a média de exportação estava cotada em 137,9 milhões de dólares, tendo os produtos básicos uma média de 39 milhões e os manufaturados de 98,9 milhões de dólares. Na década de 1990, a média sobe para 283,11 milhões de dólares – com picos de 439,9 milhões em 1998 – sendo que os produtos básicos contaram com uma média de 88 milhões de dólares por ano e os manufaturados 195 milhões no mesmo período. O período áureo é o mais recente. Aqui analisamos a década de 2000, mas somente até o ano de 2006. Neste período, o valor médio das exportações foi de 790,1 milhões de dólares, mas agora os produtos básicos, como se pode perceber no quadro, assumem a frente dos produtos manufaturados. Eles registraram uma média de 442,6 milhões no período, sendo que em 2000 o valor estava em apenas 133,3 milhões, crescendo quase sete vezes até 2006, quando alcançou 924 milhões de dólares. Os manufaturados mantiveram a tendência de crescimento, com uma média no período de 315 milhões de dólares. A exportação de produtos manufaturados na década de 2000 cresceu bem menos que os produtos básicos, mas mesmo assim multiplicou-se por quase 2,4 vezes.

As exportações brasileiras cresceram vertiginosamente, como afirmamos e confirmamos no parágrafo anterior. Como já dissemos, no ano de 1986 exportávamos para Portugal, somente 64,2 milhões de dólares, já em 2006 esse número chegou aos 1460 milhões, um crescimento de nada menos que 22,7 vezes em 20 anos, e com uma alteração na característica da pauta de exportação.

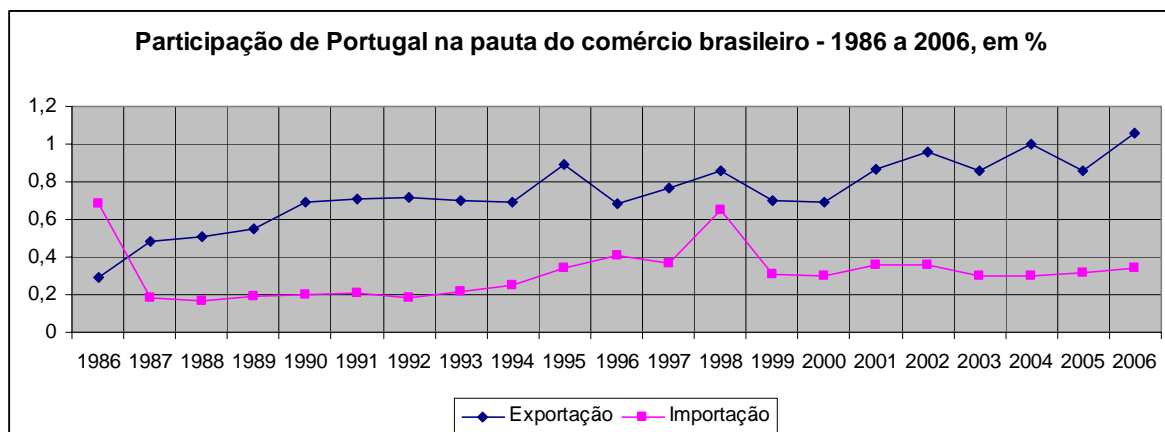
Quadro 21



Fonte: SECEX

No próximo quadro, nos deparamos com os números de Portugal no comércio brasileiro. Nota-se, que a participação de Portugal, tanto nas exportações quanto nas importações brasileiras é baixo. No período analisado – 1986 a 2006 – as exportações brasileiras para Portugal aumentaram representativamente, como já detectamos na análise do quadro 21. No entanto, essa participação nas exportações, que tiveram algumas oscilações entre os anos de 1994 a 2001, representa ainda muito pouco. No melhor ano, em 2006, o índice alcançou a marca de 1,06%. As importações ficam quase sempre abaixo da casa dos 0,4%, tendo os seus melhores momentos em 1986, quando representava 0,68% e em 1998, com 0,65%. Se compararmos com o comércio total com a União Européia entre os anos de 1991 a 2001, quando o Brasil manteve uma média de exportação de 28% de seus produtos para a União Européia, e de 26% de importações, notaremos que os índices com Portugal são pouco significantes.

Quadro 22



Fonte: SECEX

Segundo Joaquim Silva, as exportações portuguesas para o Brasil significaram, em 1993, menos de meio por cento do total de suas exportações para o mundo, e as importações feitas do Brasil conseguiram chegar a 1,37% do total das importações portuguesas. Do lado brasileiro, a pauta de produtos exportados para Portugal compreendeu, em 1993, cerca de 470 produtos, enquanto a de Portugal para o Brasil se situou em torno de 150 produtos. Dois terços da pauta de importações portuguesas do Brasil foram representados pelos seguintes produtos: couros e peles; bagaços e outros resíduos de soja; soja; açúcar; partes e acessórios; ferramentas; café; madeira; sisal e outras fibras do gênero; carnes; matérias vegetais, resíduos e subprodutos vegetais para alimentação animal; fibras e fios sintéticos; jornais e publicações periódicas; compostos de outras funções azotadas. Já os dois terços da pauta de exportações portuguesas para o Brasil foram representados por: azeite de oliva; vinhos; livros, brochuras e impressos; caixas de fundição e moldes industriais; frutas de casca rija, frescas ou secas; minério de cobre; leite e nata; polímeros de cloreto de vinilo; tomates em conserva e outros produtos hortícolas em conserva, confirmando o que foi apresentado anteriormente.<sup>52</sup>

## 2.2 RELAÇÕES POLÍTICAS

No que se refere a Portugal, as relações políticas com o Brasil no período tomaram um impulso importante com as Conferências de Cúpula Ibero-Americana, com a formação da

<sup>52</sup> SILVA, Joaquim Ramos, 2002.

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), assim como o estabelecimento de uma cooperação política entre ambos, que inclui uma rotina de visitas presidenciais.

Em janeiro de 1985, o Presidente eleito do Brasil Tancredo Neves fez uma rápida visita a Portugal e, infelizmente, veio a falecer pouco depois. O seu sucessor, Presidente José Sarney, visitou oficialmente Portugal de 4 a 9 de maio de 1986. Em 1987, o Presidente da República portuguesa, Mário Soares, fez uma demorada visita oficial ao Brasil, que se estendeu de 24 de março a 5 de abril. O Presidente do Brasil Fernando Collor de Melo visitou oficialmente Portugal de 8 a 10 de fevereiro de 1990 e o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou, também oficialmente, Portugal de 19 a 22 de julho de 1995. Em 5 de setembro de 1997, foi a vez do Presidente de Portugal Jorge Sampaio visitar oficialmente o Brasil, procedendo a uma larga excursão por terras brasileiras, que o levaram a Belo Horizonte, Ouro Preto, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, assistindo, como convidado de honra, à parada militar que teve lugar em Brasília, no dia 7 de setembro, por ocasião do 175º aniversário da Independência do Brasil.

Finalmente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 21 de maio de 1998, visitou novamente Lisboa para presidir à cerimônia da inauguração do pavilhão do Brasil na Exposição Mundial de Lisboa (Expo 98), participando, juntamente com o Presidente de Portugal Jorge Sampaio, da cerimônia de encerramento do V Fórum Euro-Latino Americano que teve lugar em Lisboa.

A convite do Presidente do Brasil José Sarney, o Primeiro-Ministro português Aníbal Cavasco Silva fez uma rápida visita oficial ao Brasil, em 9 de junho de 1988, que lhe permitiu celebrar, em companhia de brasileiros e portugueses, o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que teve lugar no dia 10. Em maio de 1991, o Primeiro-Ministro Aníbal Cavasco da Silva voltou a visitar oficialmente o Brasil, desta vez após uma cuidadosa preparação, com o propósito de celebrar alguns importantes acordos de cooperação entre os dois países e de institucionalizar as regulares reuniões dos seus respectivos Chefes de Governo. Em 7 de maio, foi assinado em Brasília, o Acordo-Quadro de Cooperação entre Portugal e Brasil que, no seu artigo 1º, relativo à cooperação política estabeleceu que as duas partes acordam em:

a) Intensificar a realização de visitas recíprocas dos seus respectivos Chefes de Governo e Ministros, tendo em vista o fortalecimento e a consolidação do diálogo político entre os dois países; b) realizar cimeiras anuais dos Chefes dos dois Governos que poderão ser acompanhados por vários membros dos respectivos executivos, para debater questões de natureza bilateral e problemas internacionais de interesse comum; c) realçar encontros entre os responsáveis da política externa de ambos os países, quer em Portugal e no Brasil, quer no âmbito dos diversos organismos regionais e multilaterais, para analisar assuntos de índole bilateral ou internacional, bem como a cooperação entre a comunidade europeia e o grupo do Rio e os processos regionais de integração europeia e latino-americana.

As reuniões presidenciais tinham como objetivo discutir temas bilaterais ou internacionais de interesse comum, e as outras reuniões, entre os chanceleres de ambos os países tinham, como objetivo a discussão, além de temas bilaterais ou internacionais, de questões relacionadas ao diálogo da Comunidade Europeia com o Grupo do Rio (GRIO)<sup>53</sup>, assim como temas sobre integração em geral. Este mecanismo de visitas começou a funcionar regularmente em 1995 com a visita de Fernando Henrique Cardoso a Portugal. Ainda no campo político bilateral, em 1993, o Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal cumpriu 40 anos.<sup>54</sup>

O Acordo-Quadro estabeleceu, ainda, outras importantes disposições sobre cooperação econômica entre os dois países, sendo instituída uma comissão ministerial presidida pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e das Relações Exteriores do Brasil para assegurar a execução dessas medidas de cooperação. Além deste histórico acordo, foram também assinados, na mesma data de 7 de maio, mais os seguintes acordos: Acordo de Segurança Social, Tratado de Extradução, Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Fiscal, Acordo de Cooperação para a Redução e Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos, Acordo sobre a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular.

---

<sup>53</sup> Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política - Grupo do Rio (GRIO) - foi criado em 1986, no Rio de Janeiro. Dele fazem parte Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai e um representante da Comunidade do Caribe/CARICOM. O Grupo do Rio é um mecanismo singularmente dotado para consultas políticas no mais alto nível, com grande maleabilidade de procedimentos e um grau mínimo de institucionalização. Tem sido um importante instrumento na contenção de processos que colocam em risco a ordem democrática. Além disso, tornou-se um foro privilegiado de concertação de posições latino-americanas e caribenhas em questões regionais e internacionais.

<sup>54</sup> SARAIVA, Mirian Gomes, 2006.

Após esta reunião dos chefes de Governo dos dois países, que foi considerada como a primeira cimeira prevista no Acordo-Quadro, em 19 de julho de 1995, teve lugar, após sucessivos adiamentos, a segunda cimeira, com a presença, em Lisboa, do Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, tendo sido assinados, no dia 20, o Acordo de Cooperação Consular e o Memorando de Entendimento sobre Telecomunicações.

De 14 a 21 de abril de 1996, decorreu a terceira cimeira de chefes de Governo, com a visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Antônio Guterres, que se fez acompanhar de importante grupo de gestores financeiros, industriais, culturais e outros homens de negócio que puseram em marcha importantes projetos de cooperação econômica entre Portugal e Brasil.

Em 1993, os presidentes dos países lusófonos em reunião na cúpula em Lisboa sugeriram a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Então, a questão da comunidade passou a fazer parte do discurso dos dois países, tornando-se um tema importante na agenda bilateral. Seguiram-se reuniões preparatórias, e, em 1996, a CPLP foi formalmente criada. Seus objetivos básicos são a concertação política, a cooperação para o desenvolvimento econômico e social e a promoção do idioma português. Embora tenha recursos limitados e tenha passado seus primeiros anos de existência mais orientada para resolver seus problemas constitutivos, a CPLP não deixou de ser um foro importante de interação Brasil e Portugal durante o período. Mesmo sem resultados concretos, esteve envolvida com os conflitos em Angola e depois em Timor Leste, assim como conseguiu um cessar-fogo para os atritos internos em Guiné-Bissau. Para o Brasil, a atuação nos marcos da CPLP vem sendo um instrumento importante para ampliar seus vínculos com o continente africano e também reforçar as relações históricas com Portugal.<sup>55</sup>

Dentro ainda da cooperação bilateral, vale lembrar a discutida questão de reforma efetiva do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Desde o governo do Presidente Itamar Franco, o Brasil tem buscado uma cadeira permanente no Conselho e teve, em 2000, o primeiro e público apoio a sua candidatura, que adveio de Portugal.

Um outro fator que realça os laços entre Brasil e Portugal, e é tema recorrente desses últimos anos está ligado à migração. A emigração portuguesa para o Brasil é mais antiga. Ela advém da época da colonização no século XVI, mas possuímos somente dados posteriores a 1872, nos recenseamentos do período imperial. Entre os anos de 1872 a 1972 ingressaram no

---

<sup>55</sup> Idem.

país cerca de 1.622.000 imigrantes portugueses; mas o número real, deste um século de imigração, terá sido bem maior em virtude de existir intensa imigração ilegal. No conjunto da grande diversidade étnica de estrangeiros que aportaram no Brasil, os portugueses constituíam 31,06% desse total, valor certamente expressivo. Diferente dos italianos, alemães e japoneses, os portugueses não se concentraram em lugares específicos do país, através de colônias, mas se espalharam por todo território nacional. Apenas em algumas cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife instalaram-se núcleos de colonizadores, mas que se integraram e acabaram não se destacando, vista a grandeza da população dessas cidades.<sup>56</sup> Nos últimos vinte anos, o fluxo de migrantes portugueses para o Brasil tem sido bem menor. Como destacamos no primeiro capítulo, os portugueses têm buscado nos últimos anos países da União Européia, em especial a Espanha e mais recentemente têm apostado na migração para os países nórdicos (Noruega, Finlândia, etc).

Já quanto à emigração de brasileiros para Portugal vale-nos mais o contexto da União européia. Ilse Scherer-Warrem e José Maria Ferreira questionam e propõem uma resposta: “Por que os brasileiros passaram a escolher Portugal?”, perguntam eles. A resposta não seria tão simples, mas apontam dois prováveis caminhos: 1) trata-se do país com o qual o Brasil tem as suas raízes primeiras – como navegadores, os portugueses aqui chegando propiciaram a inserção brasileira na cultura ocidental; 2) a forte corrente imigratória de Portugal para o Brasil, que se instaura após 1822, e se mantém forte por mais de cem anos, gerou um enorme contingente de luso-descendentes, e isso tem grande importância. A escolha de Portugal como destino de imigração ainda traz consigo as facilidades geradas pelo uso de um idioma comum; 3) além de tudo isso, Portugal tem sido visto como uma porta de entrada para a União Européia. Nessa última perspectiva, que é mais estrutural, cabe salientar o crescente interesse das empresas brasileiras em investir em terras lusas, como caminho para atingir o mercado europeu.

Outra questão recai sobre a mão-de-obra na economia portuguesa. Ela foi analisada em Portugal pela Revista Visão, em edição de 21 de setembro de 2000, onde se afirmou que essa necessidade poderia ser suprida com a presença do trabalhador brasileiro. O periódico, lembrando a dimensão econômica da atividade imigrante, diz também:

---

<sup>56</sup> SCHERER-WARREM, Ilse & FERREIRA, José Maria Carvalho, 2002.



“A restauração e o comércio têm especial preferências por trabalhadores do país irmão, não só por causa da língua, mas também pela sua tão conhecida boa disposição e simpatia. Chegou assim a vez de Portugal abrir as portas aos trabalhadores brasileiros. Não em nome dos laços históricos e culturais entre os dois Estados, mas por razões puramente econômicas. Os brasileiros agradecem e as empresas também.”

É perceptível a tendência de migração brasileira para Portugal. Somente em 1991 registraram-se entrada de 30 mil brasileiros, fenômeno que tem seguido uma vertente de crescimento. Este fenômeno estágio ainda permanece constante nos últimos anos, apesar do controle mais efetivo imposto pelos países europeus a migração.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> Idem.

### **CAPÍTULO 3**

#### **SETOR EMPRESARIAL**

Neste capítulo trabalharemos a importância das empresas públicas e privadas nas relações comerciais entre Brasil e Portugal. Destacaremos os principais setores, as motivações para os investimentos, o momento atual dos negócios, como também as perspectivas futuras.

Joaquim Ramos Silva acredita que o envolvimento das empresas foi um fator crucial na intensificação recente das relações luso-brasileiras, tanto pelo fato de garantir a sua manutenção, como também por promover um aprofundamento decisivo para o futuro. Não restam dúvidas que foram as empresas, as grandes construtoras do processo de cooperação econômica dos últimos tempos. Segundo o autor, “os governos, através das suas medidas campanhas e legislações favorecem-no ou dificultam-no, mas não poderão de forma alguma substituir à ação das empresas, que muito embora estão em sua fase inicial, já demonstram as suas potencialidades”. As multinacionais aproveitam a língua em comum dos dois países em seus projetos de ampliação, e os portugueses em particular aproveitam a moeda valorizada. Cabe às empresas brasileiras se apoiarem em Portugal, como se esta fosse uma ponte, não totalmente segura é claro, para o contato com a União Européia.<sup>58</sup>

Um dos passos políticos empresariais importantes no período analisado, foi o celebrado em abril de 1987. Trata-se da criação do Comitê Empresarial Brasil-Portugal, órgão permanente de cooperação empresarial entre os dois países, com base no Acordo de Cooperação firmado entre a brasileira Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação Industrial Portuguesa (AIP).<sup>59</sup>

A criação do Comitê deu-se no período que se seguiu à adesão de Portugal a então Comunidade Econômica Européia. Naquela época, foi muito difundida a percepção de que os empresários brasileiros poderiam ter em Portugal uma porta de entrada para a Europa. Esta perspectiva mobilizou um conjunto de empresários importantes a ingressarem no Comitê.

Segundo os autores, no período de 1988/90, o Comitê manteve-se bastante ativo, tendo mantido um constante intercâmbio de informações entre as duas organizações empresariais que o lideravam e tendo apoiado empresários brasileiros e portugueses interessados em negó-

---

<sup>58</sup> SILVA, Joaquim Ramos, 2002

<sup>59</sup> ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & ROMÃO, António, 2000.

cios bilaterais. Neste período, houve intenso movimento de missões empresariais entre os dois países. A partir de 1990, todavia, as atividades do Comitê tornaram-se menos frequentes e a mobilização empresarial diminuiu.

A noção de que a entrada de Portugal para a CEE significaria uma grande oportunidade para os empresários brasileiros ampliarem seus negócios com a União Européia não resultou em uma mudança perceptível nas relações entre os dois países. Na realidade, verificou-se algum movimento localizado de empresários brasileiros em direção a Portugal, mais especificamente nas áreas de construção civil, sistema financeiro e alguns acordos empresariais na área de informática.<sup>60</sup>

Amado Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães afirmam que a partir de 1996, com a celebração do acordo comercial firmado neste ano e da declaração de cooperação econômica entre Brasil e Portugal, procurou-se desenvolver as relações econômicas entre os dois países para além da simples troca de produtos, abrindo perspectivas para a troca de experiências empresariais e o fluxo recíproco de investimentos. Desta nova estratégia econômica, nasceram algumas iniciativas de empresários portugueses e brasileiros, e foi criado o Centro Empresarial Luso-Brasileiro por meio do mesmo protocolo que fora assinado entre a AIP e a FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – em julho de 1970.

Segundo os autores, a falta de iniciativa e, porventura, a limitada capacidade financeira de empresários portugueses não permitira que a expansão da atividade empresarial portuguesa no Brasil atingisse níveis significativos, e os anos difíceis para a economia portuguesa de 1974 não facilitaram a exportação de capitais portugueses. A partir de 1988, verificou-se, no entanto, ligeira tendência para o desenvolvimento do investimento português no Brasil, que, em 1990, atingiu cerca de 1 milhão de contos portugueses, mas incomparavelmente inferior ao investimento brasileiro em Portugal que, em 1989-1990, atingiu o valor de cerca de 24 milhões de contos portugueses. A partir de 1994, verificou-se uma mudança radical quanto ao valor dos investimentos portugueses no Brasil. Até este ano, o investimento português direto no estrangeiro, no que se referia ao Brasil, não atingia sequer 1% do total, para, logo em 1995, atingir percentagem de 3,5%, subindo, em 1997, para 29,1%, passando Portugal a ser o sexto

---

<sup>60</sup> Idem.

maior investidor estrangeiro no Brasil, como vimos anteriormente no processo de privatização das estatais brasileiras, no capítulo 2.<sup>61</sup>

A maior parte dos investimentos portugueses no Brasil situa-se na área das telecomunicações, com destaque para a aquisição da Telesp Celular pela Portugal Telecom em julho de 1998. Além disso, há outros exemplos. No mesmo ano, e também dentro do processo de privatizações, a EDP (Eletricidade Portuguesa), em associação com a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), adquiriu o controle da Empresa Bandeirante de Energia, no valor de 150 milhões de contos portugueses (representando a parte portuguesa 85 milhões de contos). No setor da distribuição alimentar, verifica-se ainda, importantes investimentos dos grupos portugueses Sonae e Jerônimo Martins; no setor financeiro, destacaram-se os investimentos significativos da Caixa Geral de Depósitos e do Banco do Espírito Santo. Registraram-se, igualmente, diversos investimentos de médio porte e abriram-se boas perspectivas para novos investimentos nos setores de auto-estradas e de saneamento.

No que se refere ao investimento brasileiro em Portugal nos últimos dez anos – 1989 a 1999 – não atingiu níveis comparáveis aos investimentos portugueses no Brasil. Os anos mais significativos foram: 1989, com 12 milhões de contos portugueses; 1990, com 15 milhões de contos; e 1997, com 14 milhões de contos. Estes valores são, como se vê, muito inferiores aos valores assinalados para o investimento português no Brasil a partir de 1995. Deve-se salientar a recente associação da TV Cabo portuguesa com a TV Globo brasileira para fornecimento, a Portugal, de dois canais dirigidos pela estação brasileira por meio da rede de televisão a cabo.

Os setores em que se tem verificado maior atividade de investimento brasileiro em Portugal são: o setor bancário e financeiro (Banco Rural do Brasil, instalado no arquipélago da Madeira com a designação de Banco Rural da Europa); a construção civil e obras públicas (Embraplan, Bento Pedroso Construções, Zagope); os materiais para transporte e os componentes de automóveis (Cofapeuropa, Marcopolo, Randon Ibéria); os cosméticos (Natura Brasil Cosmética); e, ainda, as atividades publicitárias e editoriais. É de observar que o investimento brasileiro no último decênio se dirigiu, sobretudo, para empresas já instaladas em Portugal (57,4%), destinando-se a novas empresas apenas 24,2% do investimento total efetuado.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de, 2000.

<sup>62</sup> Idem.

Segundo os autores, apesar das tentativas de ação diplomática dos dois países, cabe mais às iniciativas das empresas e, às vezes, às associações na intensificação do comércio. Afirma um dos congressistas que, “per si, tomam as decisões que mais acham adequadas, sem qualquer programa pré-estabelecido, quer a nível associativo, quer orientado por instituições públicas”.<sup>63</sup>

Ao que tudo indica, as empresas portuguesas de grande porte já vem identificando oportunidades de negócios no Brasil e assim promovendo investimentos expressivos na economia brasileira. A busca por uma crescente inserção internacional do Brasil também deverá promover iniciativas na direção contrária. Às organizações empresariais caberá reunir esforços para identificar nichos específicos de oportunidades de cooperação, envolvendo exportações e importações, possibilidades de parcerias, acordos de troca de tecnologia, investimentos e treinamento e capacitação. Para empresas de porte médio, que estão por entrar no mercado internacional, a realização de negócios com parceiros que falam a mesma língua e têm laços culturais expressivos pode ser um estímulo importante.<sup>64</sup>

O economista português Tito de Carvalho faz uma análise breve dos últimos investimentos brasileiros em Portugal. Ele aponta que até o final do século XX, as empresas brasileiras mais representativas em Portugal eram: Andrade Gutierrez, Banco do Brasil, Bento Pedroso Construções (Grupo Odebrecht), Consultan Zagope, Itaúsa Portual, Marcopolo, Varig e Zagope, confirmando algumas informações citadas anteriormente.

Em seu trabalho, Carvalho ainda aponta algumas das últimas atividades de empresas brasileiras, no ano de 2005. A exemplo, ele cita a Embraer que havia adquirido 65% do capital de uma oficina de material aeronáutico, a OGMA, pelo valor de 11,39 milhões de euros, possibilitando a entrada da Embraer na União Européia com identidade local. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) promovia a construção de mais uma fábrica em Portugal, agora na localidade de Paio Pires. A Cobra Tecnologia anunciava em 2005, o investimento de mais de 120 milhões de euros e a criação de 300 postos de trabalho. O Grupo Evidência, que operava dois hotéis em Lisboa, o Lisboa Tejo e o Lisboa Astória, anunciava a construção de mais um na capital portuguesa. A rede de livrarias Nobel, que havia se estabelecido em Lisboa no início de 2005, anunciava o estabelecimento de novas livrarias, sete ao todo. E por fim a Petrobrás,

---

<sup>63</sup> ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & ROMÃO, António, 2000.

<sup>64</sup> Idem.

que se demonstrava disposta a participar com a empresa Galp Energia, de investimentos no setor. A empresa brasileira anunciava em 2005, um investimento de US\$ 56,4 bilhões entre os anos de 2006-2010, sendo 35% do investimento previsto para operações no exterior, e com grande possibilidade de Portugal ser uma dos países beneficiados.<sup>65</sup>

Já sobre as empresas portuguesas no Brasil, Carvalho afirma que a “Portugal Telecom, nas telecomunicações, EDP, no sector elétrico, Pestana e Vila Galé, na hotelaria e turismo, Sonae, na distribuição, indústria de aglomerados e atividades imobiliárias, Cimpor, nos cimentos, Simoldes, nos moldes para plásticos, Logoplaste, moldagem plásticos, Cabelte, na indústria de cablagem, e Cintra, nas cervejas e outras bebidas, são alguns dos nomes de empresas portuguesas que os brasileiros se habituaram a reconhecer, a consumir os seus produtos e a utilizar os seus serviços”.<sup>66</sup>

Há também empresas citadas em outras obras e na entrevista realizada com a Embaixada portuguesa em Brasília. Dentre elas estão a IPE – Águas de Portugal (água e saneamento), Brasil/CCR e SAG, conhecida como Unidas (locadora de veículos). A entrevista com a embaixada nos trouxe o nome das cinco empresas brasileiras mais relevantes em Portugal, são elas: Embraer (OGMA), Marcopolo, Odebrecht, Lusoider (CSN) e única que não havia sido citada, a WEG Motores.

Carvalho informa ainda que nos últimos anos, preferencialmente em 2005, empresas como o Grupo EDP, Cimpor, Pestana, Vila Galé, Brisa – Auto-Estradas de Portugal e a TAP Portugal (transporte aéreo), são as empresas que mais tem investido e demonstrado interesse em reinvestir em projetos no Brasil.<sup>67</sup>

Uma pesquisa foi realizada com alguns cidadãos portugueses, uma pequena amostragem, vinte e cinco entrevistados ao todo. Buscávamos sair um pouco do meio acadêmico e conhecer a percepção que estes têm em relação a economia luso-brasileira. Dentre as perguntas, uma tratava da relação de empresas brasileiras que eles reconheciam em seu território. Foram citadas algumas empresas de pequeno e médio porte, algumas até de capital familiar, como restaurantes e bares. Cabe aqui citar as mais lembradas, são elas: Caldos Maggi (alimentação), Hokan (purificadores de água), Banco do Brasil (banco), O Boticário (perfumaria), Brasfruta (polpas de fruta) e por fim duas de grande porte, Varig (aviação civil) e Petrobrás (óleos de pe-

---

<sup>65</sup> [www.portugaldigital.com.br](http://www.portugaldigital.com.br)

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Ibidem.

tróleo). Nota-se que algumas, citadas nas bibliografias, como a Odebrecht, Embraer e Marcopolo, não foram lembradas, ou porque não fazem parte do cotidiano dos entrevistados, ou porque não são identificados como empresas brasileiras ou por mero esquecimento, o que soa com estranheza, visto o número até representativo de entrevistados, e a média etária de 18 a 45 anos.

Aproveitamos a oportunidade, para inquirirmos sobre a economia portuguesa. Era de nosso interesse saber dos entrevistados quais eram as empresas portuguesas reconhecidas internacionalmente, e com isso identificarmos a participação delas no capital brasileiro. Foram citadas várias empresas, mas as que mais se destacaram foram; Salsa, Tiffosi, Quebramar, Lanidor, Soares da Costa, TMN (telefonia móvel), Mota & Engil, Fretize, Louropel, Calçados Samero, Grupo Melo, BPI, Somae, Millenium, BC`P e Y-Dreans. Dentre as citadas, que conhecemos, através da pesquisa bibliográfica, e que investem no Brasil, estão: Cerveja Cintra, EDP, Portugal Telecom (PT), Caixa Geral de Depósitos, Galp e o Grupo Espírito Santo. Portanto, percebe-se que algumas de forte capital se assemelham com a idéia de participar com seus investimentos no Brasil, no entanto, uma lista considerável permanece fora desse mercado.

No decorrer da pesquisa, nos voltamos também para reportagens da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil. Uma instituição instalada na cidade de São Paulo desde o ano de 1912, e que desde 2006 dispõem seu informativo semanal por meio eletrônico, com assuntos de interesse da economia e da política brasileira e portuguesa, como também informações dedicadas a empresários e interessados no comércio luso-brasileiro. Como o período das reportagens extrapola o nosso espaço temporal de estudos – 1986 a 2006 – cabe aqui, apontar somente duas questões que chamaram a atenção: grande parte dos investimentos possui um caráter de pequeno e médio porte, a exceção de empresas como a Portugal Telecom e a TAP (companhia aérea) que operam com grande força no mercado brasileiro e da Embraer e o Grupo Odebrecht, por exemplo, em Portugal. Mas vale salientar, que sempre em suas reportagens, que são apuradas em diversos veículos de comunicação dos dois países, o entusiasmo e o sentimento de evolução nos investimentos e nas relações diplomáticas, são aparentemente recíprocos. Infelizmente, não fora respondida até a conclusão do trabalho, uma pesquisa enviada aos responsáveis pela instituição, o que talvez poderia oferecer mais informações a respeito.

## CONCLUSÃO

Como dizem alguns analistas econômicos, Brasil e Portugal fizeram nesses últimos 20 anos o “dever de casa”. Abriram a sua política, pondo fim aos regimes ditatoriais e em seguida cuidaram de pôr a economia em pé de igualdade aos novos trâmites da economia mundial. São dois Estados estabelecidos em núcleos diferentes, mas que possuem em comum uma relação histórica e cultural representativa, facilidades como o idioma em comum e falta de combate entre seus interesses comerciais, falta de rivalidade entre seus produtos.

Portugal tem a sua economia imersa dentro da União Européia, que é uma dos alvos preferenciais da política econômica brasileira, principalmente a voltada para a exportação de produtos primários, como carnes e grãos. O Brasil é um bom acolhedor de mercadorias. Tem uma economia aberta, e Portugal sente a necessidade e a oportunidade em crescer no mercado sul-americano, tendo como referência o Brasil, já que este mercado não requer um aprimoramento tão grande dos seus produtos como exigem os países da União Européia, o Japão e os Estados Unidos, por exemplo.

Portanto, percebemos neste trabalho que houve um desenvolvimento quase simultâneo do processo de liberalização econômica em Portugal e no Brasil. Os dois vêm amadurecendo a sua política democrática, um fator primordial para o bem-estar na política internacional. Nesse novo estágio, os países aparecem não como dirigentes da economia, mas como reguladores, desfazendo de suas estatais e apenas criando instituições de regulação política e econômica, dando também apoio através de incentivos fiscais e obras de infra-estrutura.

Cabe agora aprimorar as suas economias, moderniza-las, dar um ar de aprimoramento, seja tanto através da especialização de sua mão-de-obra, quanto o investimento maciço em tecnologia. Seguir os passos das grandes economias, que no entanto encontram-se em um estágio de estagnação, seja pela carente mão-de-obra, seja pelo excessivo custo de produção.

O Brasil teria então, através de uma ligação efetiva com Portugal, não um mercado com apenas 10 milhões de pessoas, mas sim toda uma Europa disponível. Cabe ao Brasil, na figura de seus empresários, adequar-se as exigências européias e na figura de seus políticos combater o protecionismo do mercado europeu.

Para Portugal, há uma América Latina disposta a contar com seus investimentos, que como vimos, cresceram e vem se renovando com o passar dos anos. O Brasil seria a ponte de



Portugal, que diante do sucesso de suas empresas no Brasil, poderia romper as fronteiras territoriais e ingressar, como o faz a Espanha, nos países vizinhos ao Brasil e que possuem já acordos de comércio,

“O Brasil já é, de fato, um forte parceiro econômico de Portugal e a tendência tem sido no sentido de um crescimento muito sustentado”. Estas são as palavras da embaixada portuguesa em Brasília. Uma visão muito positiva, mas que tem os pés no chão. Estamos em um novo momento das relações bilaterais, quando os dois países estão revendo as suas estratégias.

No capítulo 2, inserimos uma crônica lembrada no Congresso Brasil-Portugal, sessão de economia, realizado em 2000, onde um dos congressistas afirma que havia lido em um jornal de Lisboa uma crônica em que o autor desfazia-se dos encontros entre os representantes de Brasil e Portugal, e que assim o irritara. Afirmava que as oportunidades eram mais dedicadas a almoços, jantares, visitas e emoções do que efetivamente aos acordos políticos e comerciais.

Desejamos nós, que o mesmo cronista venha a fazer uma outra crônica sobre as próximas visitas, mas com um outro fato de análise. Que ele diga que as visitas agora são assoberbadas com tantas reuniões, assinaturas de acordos e promessas de novos encontros, que nem está sobrando tempo para as antigas visitas e jantares, tanto que os vinhos portugueses só poderão ser abertos no retorno dos empresários e políticos brasileiros às suas casas.

Que este trabalho tenha auxiliado na percepção das relações políticas e econômicas luso-brasileiras. Relações que já foram de maior importância para os dois países séculos atrás, e que agora se revigoram.

Dedico esta obra aos estudos luso-brasileiros e a um casal, também luso-brasileiro, que me ofertaram muita alegria e que me fazem falta nos dias de hoje.

## BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Oscar & AGUIAR, Álvaro. *Comércio externo e crescimento da economia brasileira no século XX*. CEMPRE; Porto, 2004.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & ROMÃO, António (org). *Congresso Brasil-Portugal Ano 2000. Sessão Economia – Brasil Portugal: desenvolvimento e cooperação: o diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro; EMC, 2000.

Almanaque Abril 1987. Editora Abril. Ano XIII. São Paulo, 1986.

Almanaque Abril 2008. Editora Abril. Ano XXXIV. São Paulo, 2007.

Associação Industrial Portuguesa. *Desenvolvimento Comunitário: Intervenção do Presidente da AIP, Jorge Rocha de Matos, na cerimônia de inauguração da sede do NERBE*. In: *Integração Econômica e Desenvolvimento* Beja, Julho de 1988.

BAER, Werner. *A Economia brasileira*. São Paulo; Nobel, 1996

BARBOSA, Thiago Varanda. *A Economia Política da Coesão Econômica e Social na União Européia: conclusões a partir do caso de Portugal no período 1986-2002*. Brasília; UnB, 2006.

BARIOS E GALA, José Manuel. *Política de Cooperação: Discursos, entrevistas e textos políticos do Secretário de Estado da Cooperação (1992-1995)*. Lisboa; Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1996.

Caixa Geral de Depósitos. *Regimes de Comércio após a adesão à CEE: Perspectivas para o investimento no sector industrial em Portugal*. Lisboa; Gabinete de Estudos Económicos, 1986.

CERVO, Amado Luiz. *A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1999-2005)*. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA,

Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. Volume I. São Paulo; Saraiva, 2006.

CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das Caravelas: As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10.<sup>a</sup> Edição. São Paulo; Edusp, 2002.

ICEP. *Relações Econômicas com países de língua Portuguesa*. ICEP – Investimentos, comércio e turismo de Portugal; Lisboa, 1996.

INDEPENDENTE, O. *Os números do crescimento*. Lisboa, 4 de agosto de 1994.

LAFER, Celso. *Relações Brasil-Portugal: passado, presente, futuro*. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (org). *Incertas Relações: Brasil e Portugal no século XX*. SENAC; São Paulo, 2003

LEÃO, Emanuel Reis. *Das transformações revolucionárias à dinâmica europeia*. In: REIS, António. *Portugal Contemporâneo*. Volume VI. Lisboa; Alfa, 1990.

LESSA, Antônio Carlos. *a Construção da Europa: A última utopia das relações internacionais*. Brasília; IREL, 2003.

*Luso-Brasílicas nos 500 anos*. 2.<sup>a</sup> Edição. Cascais; Eurobraque Editora, 2000.

MAGALHÃES, José Calvet. *As relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX*. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (org). *Incertas Relações: Brasil e Portugal no século XX*. SENAC; São Paulo, 2003

MAGALHÃES, José Calvet. *Breve História das Relações Diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo; Paz e Terra, 1999.

NUNES, António José Avelãs. *O neoliberalismo, o processo de inovação financeira e os seus reflexos no regime legal do sistema financeiro português*. Rio de Janeiro; Forense, 2005

PEREIRA, Analícia Danilevicz. *A política externa do governo Sarney – a Nova República diante do reordenamento internacional (1985 – 1990)*. Porto Alegre; UFRGS, 2003.

REIS, Antônio. *A Revolução do 25 de Abril de 1974*. In; História de Portugal.

SARAIVA, Mirian Gomes. *As relações Brasil Europa de 1990 a 2004: entre o inter-regionalismo e o bilateralismo*. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. Volume I. São Paulo; Saraiva, 2006.

SCHERER-WARREM, Ilse & FERREIRA, José Maria Carvalho (orgs). *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. São Paulo; Cortez, 2002.

Secretaria de Estado do Planejamento/ Departamento Central de Planejamento. *Situação Econômica em Números*. Lisboa; DCP, 1986.

SILVA, Cícero Pereira. *Investimentos Brasileiros na CEE via Portugal*. Fortaleza; Fundação Democrático Rocha/Multigraf Editora, 1983.

SILVA, Joaquim Ramos. *Portugal/Brasil: uma década de expansão das relações econômicas, 1992-2002*. Lisboa; Terramar, 2002.

SPÍNOLA, António de. *Portugal e o Futuro – Análise da Conjuntura Nacional*. Lisboa; Arcádia, 1974.

SZESZ, Christiane Marques. *Portugal e Brasil no Século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru; EDUSC, 2005.

**Sítios Visitados:**

[www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)

[www.camaraportuguesa.com.br](http://www.camaraportuguesa.com.br)

[www.embaixadadeportugal.org.br](http://www.embaixadadeportugal.org.br)

[www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)

[www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)

[www.portugaldigital.com.br](http://www.portugaldigital.com.br)

[www.quartodarepublica.blogspot.com/2006/01/1986-1995](http://www.quartodarepublica.blogspot.com/2006/01/1986-1995)

[www.wto.org](http://www.wto.org)